

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA**  
**CENTRO DE COMUNICAÇÃO E EXPRESSÃO**  
**CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS/LINGÜÍSTICA**

**ALBERTO GONÇALVES**

**UMA ANÁLISE DE SUJEITOS GENÉRICOS NULOS DE  
TERCEIRA PESSOA DO SINGULAR EM SENTENÇAS  
FINITAS RAÍZES NO PORTUGUÊS BRASILEIRO**

Dissertação apresentada à Coordenação da  
Pós-Graduação em Letras/Lingüística da  
Universidade Federal de Santa Catarina  
como requisito parcial para a obtenção do  
título de Mestre em Letras.

Orientadora:  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Maria Cristina Figueiredo Silva

**FLORIANÓPOLIS, FEVEREIRO 2000**

**UMA ANÁLISE DE SUJEITOS GENÉRICOS NULOS DE  
TERCEIRA PESSOA DO SINGULAR EM SENTENÇAS  
FINITAS RAÍZES NO PORTUGUÊS BRASILEIRO**

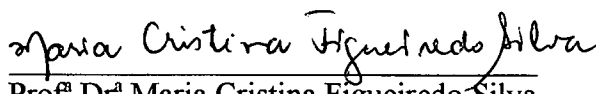
**ALBERTO GONÇALVES**

Esta dissertação foi julgada adequada para a obtenção do título de Mestre em Letras/Linguística e aprovada em sua forma final pelo Programa de Pós-Graduação em Letras/Linguística pela Universidade Federal de Santa Catarina.

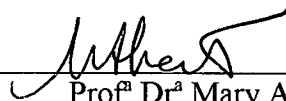


Profª Drª Loni Grimm Cabral  
Coordenadora do CPGLL-UFSC

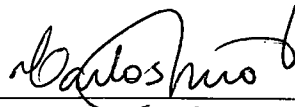
**BANCA EXAMINADORA**



Profª Drª Maria Cristina Figueiredo Silva  
Orientadora  
Universidade Federal de Santa Catarina



Profª Drª Mary A. Kato  
Universidade Estadual de Campinas



Prof. Dr. Carlos Mioto  
Universidade Federal de Santa Catarina



Profª Drª Roberta Pires de Oliveira  
Universidade Federal de Santa Catarina

*Agradeço a todos aqueles  
que tornaram possível  
a realização desta dissertação,  
em especial à CAPES,  
pelo suporte financeiro.*

*Agradecimentos especiais também a:*

Ina,  
Fernanda,  
Edair, Ruth,  
Loni, Sandra Mara,  
Mito, Mary Kato, Roberta,  
e Cristina.

# Sumário

## *Abreviaturas Utilizadas*

## *Resumo*

## *Abstract*

<b><i>Introdução</i></b>	<b><i>1</i></b>
Delimitação do tema e justificativas	1
Questões e Hipóteses	2
Metodologia	3
Nomenclatura	3
Organização da dissertação	4

## ***Capítulo 1***

<b><i>O sujeito nulo</i></b>	<b><i>6</i></b>
Introdução	6
1.1 Riqueza morfológica: Chomsky (1981, 1982)	6
1.2 <i>Pro-drop</i> e <i>tópico-drop</i> : Huang (1984)	8
1.3 Licenciamento e identificação de <i>pro</i> : Rizzi (1986)	11
1.4 Uniformidade morfológica: Jaeggli & Safir (1989)	14
1.5 Riqueza funcional: Roberts (1993b)	15
1.6 O português brasileiro	17
1.7 Síntese do capítulo	20

## ***Capítulo 2***

<b><i>Construções arbitrárias de 3ª pessoa com se</i></b>	<b><i>20</i></b>
Introdução	20
2.1 <i>Si</i> no italiano	21
2.1.1 Caracterizando <i>si</i> impessoal no italiano	21
2.1.2 Arbitrários em contextos específicos e genéricos	27
2.1.3 <i>Si</i> impessoal em contextos transitivos	30
2.2 <i>Se</i> no português brasileiro	35
2.3 Avaliando as análises	42

<b>Capítulo 3</b>	
<b>Construções arbitrárias de 3ª pessoa do singular sem se</b>	<b>46</b>
Introdução	46
3.1 Caracterização e questões	47
3.1.1 Sobre o surgimento das construções arbitrárias de 3ª pessoa do singular sem <i>se</i> (C3PSSS)	47
3.1.2 A 3ª pessoa do singular no PB vs. PE	48
3.1.3 Características das C3PSSS	50
3.1.3.1 Aspecto verbal	51
3.1.3.2 Estrutura temática do verbo	53
3.1.3.3 Restrição de escopo sobre o sujeito	55
3.2 Pronominais fortes e “deficientes”	57
3.2.1 Introdução	57
3.2.2 Sujeito nulo e “riqueza” da concordância verbal	58
3.2.3 Concordância pronominal como gramaticalização de traços de pessoa	60
3.2.4 Posição estrutural dos pronomes fortes e “deficientes”	61
3.2.5 Evidências diacrônicas da perda de sujeito nulo e a emergência de pronomes fracos	63
3.2.6 O estatuto sintagmático dos pronominais	65
3.2.7 Posição e caso dos pronomes fortes	70
3.3 Análise dos dados	75
3.3.1 3ª pessoa não-marcada ou morfema $\emptyset$ e PRO	75
3.3.1.1 Agr anafórico/controlado	76
3.3.1.2 Impessoais nulos	77
3.3.2 Analisando as características das C3PSSS	78
3.3.2.1 Estrutura temática do verbo	79
3.3.2.2 Aspecto verbal	79
3.3.2.3 Restrição de escopo sobre o sujeito	80
3.3.3 Sobre a relação <i>se</i> [-arg]/indeterminador e Agr pessoal	81
3.3.4 Apêndice: Bloqueando “ <i>outputs</i> indesejáveis” (cf. Nunes 1990)	83
<b>Conclusão</b>	<b>85</b>
<b>Referências Bibliográficas</b>	<b>88</b>

## *Abreviaturas Utilizadas*

∅	Morfema Zero
θ	Temática(o)
θ <sub>e/i</sub>	Papel Temático Externo/Interno
φ	Phi (Número, Pessoa etc.)
∃	Quantificação Existencial
∀	Quantificação Universal
Σ	Sigma (ver Seção 3.2.7)
Agr	Concordância
Arb	Arbitrário
Arg	Argumento/Argumental
Aux	Auxiliar
C&S	Cardinaletti & Starke
C(omp)	Complementizador
c.v./cv	Categoria Vazia
C3PSSS	Construção de 3ª Pessoa do Singular sem <i>se</i>
CH	Cadeia
D	Determinante
DS	Estrutura Profunda
ECP	Princípio das Categorias Vazias
expl	Expletivo
GCR	Regra de Controle Generalizado
I(nfl)	Flexão
J&S	Jaeggli & Safir
K <sub>acc/nom</sub>	Caso Acusativo/Nominativo
LF	Forma Lógica
MU	Morfologicamente Uniforme
N	Nome/Nominal
NSL	Língua de Sujeito Nulo
p.p.	Pessoa do Plural
p.s.	Pessoa do Singular
PB	Português Brasileiro
PE	Português Europeu
PF	Forma Fonética
pron.	Pronome/Pronominal
R&U	Raposo & Uriagereka
SC	<i>Small Clause</i>
SS	Estrutura Superficial
SVO/VS	Ordem Sujeito Verbo Objeto/Verbo Sujeito
T	Tempo
v	Verbo Leve ( <i>Light</i> )
V	Verbo/Verbal
XP	Sintagma X (X = C, Σ, I, T, AGR, V, v, D, N)

## *Resumo*

O objetivo desta dissertação é analisar construções impessoais/genéricas de 3ª pessoa do singular em sentenças finitas raízes declarativas sem *se* no português brasileiro (PB). Há inicialmente uma revisão da literatura a respeito da análise de sujeitos nulos na teoria de regência e ligação, destacando-se o PB, que não permite sujeitos nulos referenciais (cf. Duarte 1995 e Galves 1993, entre outros). Em seguida, são estudadas construções arbitrárias de 3ª pessoa com *se*, considerando-se o estatuto argumental de *se/si*. Apresenta-se também a distinção de *se/si* indefinido e *se/si* genérico e sua relação com a interpretação quasi-existencial e quasi-universal (cf. Cinque 1988). Também é estudado o desaparecimento de *se* passivador (argumental) e, posteriormente, de *se* indeterminador (não-argumental) no PB atual (cf. Nunes 1990 e Galves 1987), bem como a associação de *se* não-argumental com um morfema de concordância apresentando especificação de pessoa e número. Depois, apresenta-se a análise minimalista (cf. Kato 1999) de morfemas de concordância como pronominais “deficientes” em distribuição complementar com pronomes fracos livres e clíticos sujeito. Sugere-se também que há duplicação do morfema de 3ª pessoa zero ( $\emptyset$ ) com o pronominal forte PRO. Finalmente, são analisadas as características das construções arbitrárias de 3ª pessoa do singular sem *se* relacionadas com aspecto verbal, estrutura temática do verbo e restrição de escopo sobre o sujeito.

## *Abstract*

The aim of this dissertation is to analyze impersonal/generic singular third person constructions without *se* in finite declarative root sentences in Brazilian Portuguese (BP). First, there is a review of null subject analyses in the Government and Binding Theory framework, featuring BP, which does not allow referential null subjects anymore (cf. Duarte 1995 and Galves 1993, among others). After that, arbitrary third person constructions with *se* are analyzed, regarding the argumental status of *se/si*. It's shown the distinction between indefinite and generic *se/si* and its relation with quasi-existencial and quasi-universal interpretation (cf. Cinque 1988). In addition, it's studied the disappearance of argumental (*apassivador*) *se*, followed by the disappearance of nonargument (*indeterminador*) *se* in modern BP (cf. Nunes 1990 and Galves 1987), as well as the association of nonargument *se* with an agreement morpheme featuring specification of person and number. Afterwards, the minimalist analysis (cf. Kato 1999) of agreement morphemes as "deficient" pronominals in complementary distribution with weak free pronouns and subject clitics is presented. It's also suggested the doubling of the singular third person zero ( $\emptyset$ ) morpheme with the strong pronoun PRO. Finally, features of arbitrary singular third person constructions without *se* related with verbal aspect, thematic structure of the verb, and range restriction on the subject are analyzed.



## *Introdução*

### *Delimitação do tema e justificativas*

Neste trabalho investigam-se as construções impessoais/arbitrárias de 3ª pessoa do singular sem o clítico *se*, em sentenças declarativas finitas raízes, no português brasileiro (PB), como mostra o exemplo abaixo, extraído de Galves (1987):

- (1) Nos dias de hoje, não usa mais saia.

O estudo dessas construções está inserido na linha de investigação sobre o sujeito nulo nas línguas naturais, em especial o PB. De acordo com vários trabalhos, como Galves (1987, 1993), Duarte (1993, 1995), Figueiredo Silva (1996), entre outros, o PB destaca-se por estar em meio de um processo de mudança paramétrica (cf. Roberts 1993a), perdendo sua natureza *pro-drop*, não permitindo mais sujeitos nulos referenciais.

A principal hipótese para explicar por que o PB, diferentemente do português europeu (PE), proíbe sujeitos nulos referenciais está em Galves (1993). Segundo essa autora, perdas morfológicas no paradigma verbal, com a eliminação da distinção entre 2ª e 3ª pessoa (de *tu cantas, ela/e canta* para *você canta, ela/e canta*), tornaram a concordância verbal “fraca” morfológica e, por conseguinte, semanticamente, uma vez que a 3ª pessoa do singular pode ser interpretada como indeterminada, como em (1) acima.

### *Questões e Hipóteses*

A partir dessas considerações, serão apontadas algumas questões e hipóteses para a investigação das construções impessoais/arbitrárias sem *se*:

- *Questão 1:* Qual a origem das construções impessoais de 3<sup>a</sup> pessoa do singular sem *se*?
- *Questão 2:* As construções impessoais sem *se* substituem integralmente, isto é, equivalem sintática e funcionalmente àquelas com *se*?
- *Questão 3:* Qual a relação entre a perda do *se* impessoal e o enfraquecimento da concordância?

Com relação à primeira questão, há estudos (cf. Nunes 1990; v. cap. 3 desta dissertação) que argumentam que, de fato, as construções sem *se* tiveram sua origem a partir daquelas com *se*. Já no que diz respeito à segunda questão, este trabalho procurará investigar quais os contextos sintáticos em que a eliminação do *se* é possível e em quais contextos sua eliminação apresenta problemas de gramaticalidade. Finalmente, na tentativa de responder a terceira questão, a linha de investigação aqui desenvolvida associará as análises de Rizzi (1986) e Kato (1999), dando uma explicação formal para justificar o licenciamento de *se* impessoal em contextos raízes finitos.

Desse modo, serão consideradas as seguintes hipóteses:

- *Hipótese 1:* As construções impessoais sem *se* originaram-se a partir daquelas com *se*.
- *Hipótese 2:* As construções impessoais sem *se*, embora tenham se originado das construções com *se*, não apresentam a mesma distribuição sintática, ou

seja, há contextos em que o apagamento do *se* compromete a gramaticalidade da sentença. Relacionado a essa hipótese, será proposto que as construções arbitrárias de 3ª pessoa sem *se* apresentam apenas interpretação genérica, nunca indefinida.

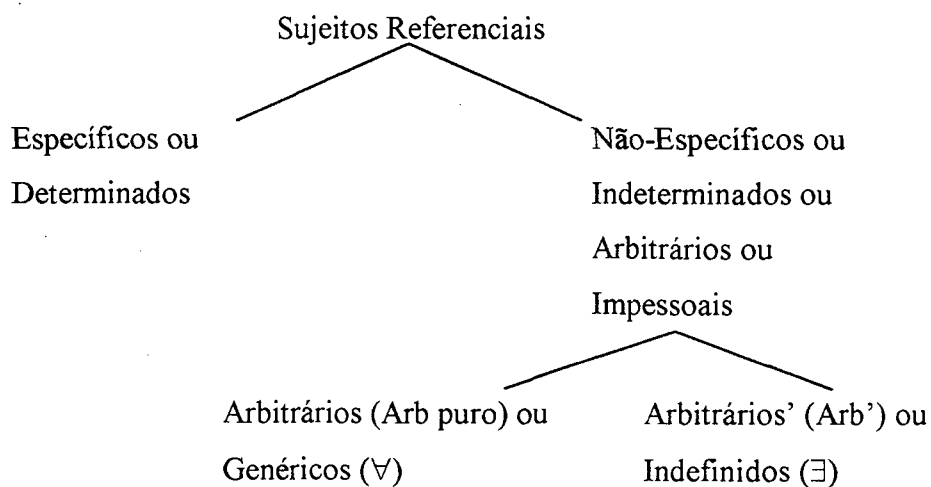
- *Hipótese 3: Se* impessoal deve estar necessariamente associado a um elemento de concordância referencial, isto é, detentor de especificação de pessoa e número.

### *Metodologia*

A metodologia utilizada foi a realização alguns testes com informantes a respeito da gramaticalidade de sentenças relevantes.

### *Nomenclatura*

O esquema a seguir resume a distribuição dos nomes empregados nesta dissertação:



### *Organização da dissertação*

A dissertação está dividida em três capítulos.

No primeiro capítulo são resenhadas as principais análises sobre o sujeito nulo na Teoria de Regência e Ligação: Chomsky (1981, 1982), Huang (1984), Rizzi (1986), Jaeggli & Safir (1989), Roberts (1993b), além do estudo de Galves (1993) e Duarte (1993, 1995) para o PB. Noções importantes como “riqueza” morfológica; “parâmetros” *pro-drop* e tópico-*drop*, licenciamento, identificação e tipologia de *pros*; uniformidade morfológica e “riqueza” funcional são apresentadas.

O segundo capítulo desenvolve a análise de construções impessoais com *si* no italiano (cf. Cinque 1988) e com *se* no PB (cf. Nunes 1990). Para o primeiro, há dois tipos de *si* impessoal, um argumental e outro não-argumental, cada um com características e distribuições distintas. Outro fator importante diz respeito às possíveis interpretações para *si* arbitrário: segundo Cinque, há um *si indefinido*, cuja interpretação é quasi-existencial (‘existe um *x*, tal que *x* ...’), associado a contextos com referência aspecto-temporal específica; e outro *si genérico*, com interpretação quasi-universal (‘para todo *x*, *x* ...’), associada à referência aspecto-temporal genérica. Por sua vez, Nunes mostra que, no PB, houve uma reanálise na qual *se* apassivador (argumental) passou a ser interpretado como *se* indeterminador (não-argumental). Em construções com o primeiro, o verbo concorda com o objeto: “*Alugam-se casas.*”; no segundo, há discordância: “*Aluga-se casas.*” Para esse autor, *se* apassivador só existe em contextos formais, principalmente na modalidade escrita.

Já o terceiro capítulo investiga as origens e características das construções impessoais/arbitrárias de 3ª pessoa do singular sem *se*. Serão avaliados fatores como aspecto e estrutura temática verbal e restrição de escopo sobre o sujeito. Em

seguida, são apresentados os principais elementos do estudo de Kato (1999), baseado no referencial teórico do Programa Minimalista (cf. Chomsky 1995), sobre os pronominais no PB, entre eles o morfema de concordância. A autora também propõe uma análise para as construções sem *se*. O capítulo encerra com algumas considerações a respeito da análise de Kato e procura estabelecer uma tipologia de morfemas zero de 3ª pessoa.

# *Capítulo 1*

## *O sujeito nulo*

### *Introdução*

Neste capítulo, é apresentado um panorama das análises de sujeito nulo na Teoria de Regência e Ligação em diversas línguas, entre elas o português brasileiro. Para este último, segundo a análise já clássica do fenômeno, devido a perdas morfológicas de seu paradigma verbal, em especial a não mais distinção entre 2<sup>a</sup> e 3<sup>a</sup> pessoa, o elemento de concordância deixou de licenciar sujeitos nulos referenciais no PB. Na análise de arbitrários nulos realizada no capítulo 3, as mudanças aqui apresentadas serão essenciais, pois, entre outras coisas, será proposto que o apagamento do clítico *se* com interpretação arbitrária no PB falado também está diretamente relacionado ao enfraquecimento da concordância.

O capítulo está organizado da seguinte maneira. Inicialmente serão apresentados estudos clássicos sobre o sujeito nulo, como Chomsky (1981, 1982), Huang (1984), Rizzi (1986), Jaeggli & Safir (1989) e Roberts (1993b). Em seguida, serão apontadas algumas análises sobre o sujeito nulo no PB, como Duarte (1993, 1995) e Galves (1993).

### *1.1 Riqueza morfológica: Chomsky (1981, 1982)*

Chomsky (1981:241) assume a existência de um parâmetro denominado *PRO-drop*, que distingue línguas como o italiano de um lado e o francês do outro. Seguindo a formulação de Taraldsen (1978), o autor propõe que esse parâmetro

envolve o elemento flexional Infl, ou mais precisamente, o elemento de concordância Agr. Dessa maneira, onde há concordância visível, como no italiano, o sujeito pode ser omitido, uma vez que o apagamento é recuperável<sup>1</sup>, não sendo este o caso do francês. Entretanto, algumas línguas, como o hebreu e o irlandês, poderiam ter um sistema misto, permitindo o apagamento do sujeito em algumas construções, mas não em outras.

Além disso, Chomsky (1981: 256-7) acrescenta que a categoria vazia (*cv*) na posição sujeito é PRO, uma categoria não-regida. Para fazer funcionar essa análise, o autor postula uma regra de movimento de afixo de concordância (regra *R*), pela qual elementos de Infl, em especial Agr, são atribuídos ao elemento verbal inicial de VP. Em línguas não-PRO-*drop*, *R* aplica-se apenas em PF, sendo uma regra da morfologia. Assim, Agr rege a posição sujeito na estrutura superficial SS e em forma lógica LF e PRO é impossível. Já em línguas PRO-*drop*, *R* aplica-se na sintaxe, obtendo-se a SS em (2), em que Agr (em Infl) não rege a posição do sujeito em SS ou LF. Por isso, PRO pode aparecer nessa posição.

(2) NP [<sub>VP</sub> V-Infl ...]

Chomsky (1982: cap.5), todavia, reformula a análise acima, ao considerar que a *cv* na posição sujeito em sentenças finitas de línguas como o italiano apresenta os traços [+pronominal] e [-anafórico], em oposição à *cv* de infinitivas, a qual é não-regida, com traços [+pronominal] e [+anafórico]. No primeiro caso, tem-se *pro* e, no segundo, PRO. O autor sugere então que a categoria *pro* é de fato regida por um elemento Agr “suficientemente rico”, com traços de pessoa, gênero, número e Caso, como no italiano e no espanhol. Línguas sem morfologia de concordância suficientemente rica, como o francês e o inglês, não permitiriam sujeitos nulos.

<sup>1</sup> Em línguas de sujeito nulo, os usos de pronomes plenos e categorias vazias estariam em *distribuição complementar*, ou seja, os falantes usariam os pronomes lexicais apenas em contextos

### 1.2 Pro-drop e tópico-drop: Huang (1984)

A relação entre morfologia flexional rica, em particular sistema de concordância rico, e a possibilidade de categorias vazias nas posições sujeito e objeto parece não existir em línguas como o chinês, o japonês e o coreano. Nessas línguas, apesar de não haver um sistema de concordância verbo-sujeito nem de verbo-objeto, há ocorrências de sujeitos e objetos nulos.

Para Huang (1984), essas línguas permitem tópicos nulos (em posição A-barra) funcionando como operadores aos quais estão ligadas as *cv* (analisadas como variáveis) na posição sujeito (3) e/ou objeto. Essas línguas também podem apresentar sujeitos (mas não objetos<sup>2</sup>) nulos pronominais, opção existente também para línguas que não permitem tópicos nulos, mas com Agr forte em sentenças finitas<sup>3</sup> (4).

(3) A: Zhangsan kanjian Lisi le ma?

Zhangsan see Lisi LE Q

‘Zhangsan viu Lisi?’

B: *cv*<sub>[var]</sub> hanjian<sub>[Sem Agr]</sub> ta le .

[Ele] see he LE

‘[Ele] viu ele.’

(4) a. A: João viu Pedro ontem? (PE)

B: *cv*<sub>[+pron]</sub> viu<sub>[Agr forte]</sub> .

b. A: Did John see Bill yesterday?

B: \*Yes, *cv*<sub>[+pron]</sub> saw<sub>[Agr fraco]</sub> him.

---

específicos, como focalização ou contraste.

<sup>2</sup> Pela análise de Huang, em línguas sem concordância com o objeto, *cv*'s na posição objeto só podem ser variáveis, i.e., ocorrem somente em línguas orientadas para o tópico, ver (7).

<sup>3</sup> Em infinitivas, o sujeito nulo é possível mesmo em línguas não *pro*-drop como o inglês: “I want *cv* to go”.



Para dar conta dos fatos acima, Huang propõe então dois parâmetros distintos:

- um que distingue línguas que permitem tópicos nulos (línguas orientadas para o tópico, como o chinês e o japonês) daquelas que não os permitem (línguas orientadas para o sujeito, como o inglês e o italiano);
- e outro que distingue línguas que permitem sujeitos nulos em sentenças finitas (com Agr rico, como o italiano e o PE ou sem Agr, como o chinês e o japonês) daquelas que não os permitem (Agr fraco, como o inglês e o francês).

Dessa forma, obtém-se uma tipologia com quatro tipos distintos de línguas, como mostra (5).

(5)

Língua	Tópico- <i>drop</i>	<i>Pro-drop</i>
1. Inglês	-	-
2. Italiano	-	+
3. Chinês	+	+
4. Alemão	+	-

Exemplificando a análise de Huang, suponha uma sentença como:

- (6) O João disse que *cv* viu o Dê.

Em inglês, uma língua orientada para o sujeito, a *cv* só pode ser pronominal. Pelo Princípio de Recuperabilidade, toda *cv* [+ pronominal] deve ser identificada por um elemento nominal *e*, pela Regra de Controle Generalizado GCR, um pronominal nulo deve estar co-indexado com *e* e ser c-comandado pelo item nominal *mais próximo*, o qual pode ser Agr (forte) ou um NP. Em inglês, Agr do verbo *ver* é fraco, não podendo determinar o conteúdo da *cv* e o NP *O João* não é

(7)

Língua	Inglês
Características	- Tópico, Agr fraco <i>cv</i> = [+ pronominal]
a. <i>cv</i> telefonou. b. O Jô viu <i>cv</i> . c. <i>cv</i> viu <i>cv</i> . d. O Jô disse que <i>cv</i> viu o Dê. e. O Jô disse que o Dê viu <i>cv</i> . f. O Jô tentou <i>cv</i> vir. g. <i>cv</i> telefonar.	* (violação GCR) * (violação GCR/Princípio B) * (violação GCR/Princípio B) * (violação GCR) * (violação GCR/Princípio B) OK * (viol. P. Recuperabilidade)
Língua	Italiano
Características	- Tópico, Agr forte <i>cv</i> = [+ pronominal]
a. <i>cv</i> telefonou. b. O Jô viu <i>cv</i> . c. <i>cv</i> viu <i>cv</i> . d. O Jô disse que <i>cv</i> viu o Dê. e. O Jô disse que o Dê viu <i>cv</i> . f. O Jô tentou <i>cv</i> vir. g. <i>cv</i> telefonar.	OK * (violação GCR/Princípio B) * (violação GCR/Princípio B) OK * (violação GCR/Princípio B) OK * (viol. P. Recuperabilidade)
Língua	Chinês
Características	+ Tópico, Sem Agr <i>cv</i> = [+ pron.] ou variável
a. <i>cv</i> telefonou. b. O Jô viu <i>cv</i> . c. <i>cv</i> viu <i>cv</i> . d. O Jô disse que <i>cv</i> viu o Dê. e. O Jô disse que o Dê viu <i>cv</i> . f. O Jô tentou <i>cv</i> vir. g. <i>cv</i> telefonar.	OK ( <i>cv</i> = variável) OK ( <i>cv</i> = variável) OK ( <i>cv</i> = variável) OK ( <i>cv</i> = [+ pron.] ou var.) OK ( <i>cv</i> = variável) OK ( <i>cv</i> = [+ pronominal]) ♦ ♦♦

Observações:

- ♦ não pode ser variável: violação de ECP;
- ♦♦ *cv* não pode ser [+ pron.] (violação do P. de Recuperabilidade) nem variável

QUADRO: *Resumo da análise de Huang (p. 553ss) para as cv's das sentenças (7a-g)*

o elemento mais próximo c-comandando a *cv* (o item mais próximo é *Agr*), de forma que a sentença não é possível em inglês. Já em italiano, também uma língua não orientada para o tópico, a *cv* só pode ser pronominal. Entretanto, como *Agr* é forte nessa língua, o conteúdo da *cv* pode ser recuperado e a sentença é gramatical. Por sua vez, em chinês, a *cv* pode ser ou pronominal ou uma variável ligada a um tópico nulo. De fato, nessa língua, (6) é ambígua, podendo a *cv*, aí presente ser ou pronominal<sup>4</sup>, caso em que pode referir-se a *O João* (não havendo *Agr*, o NP *O João* é o item nominal mais próximo c-comandando *cv*) ou a um elemento mencionado anteriormente no discurso; ou a *cv* pode ser uma variável (não há aqui restrições sobre a *cv*, mas veja exemplo (7f) no quadro da página anterior em que ocorre violação de ECP). O quadro em (7) resume as possibilidades de análise de *cv*'s em vários contextos sintáticos, (7d) o caso mencionado em (6), nas línguas inglês, italiano e chinês.

### **1.3 Licenciamento e identificação de *pro*: Rizzi (1986)**

A partir da análise de sentenças com objetos arbitrários implícitos no italiano e no inglês, Rizzi (p. 509) propõe que a atribuição da interpretação arbitrária ao papel temático do objeto direto se dá no léxico no inglês, e na sintaxe no italiano, sendo que apenas nesta última há projeção de uma estrutura com posição de objeto. Segundo Rizzi, a categoria vazia que ocupa a posição objeto é *pro*<sup>5</sup>. A partir daí, o autor propõe uma teoria para a categoria vazia *pro*, especificando as condições que formalmente a licenciam (8a), bem como o modo como seus traços- $\phi$  são determinados a partir do meio foneticamente realizado (8b) (p. 518):

<sup>4</sup> Há duas situações em chinês em que a *cv* pode ser pronominal: quando ocupa a posição sujeito de sentenças encaixadas finitas (6 = 7d) ou infinitivas (7f). Em ambos os casos – quando pronominal – ela deve ser correferente ao NP sujeito da matriz.

<sup>5</sup> Rizzi (p. 510ss) mostra que a categoria vazia segue o Princípio B, sendo [-anafórica] (o que descarta as possibilidades trace e PRO) (cf. seção 2.1), também não podendo ser uma variável ligada a um operador nulo (cf. seções 2.3 e 2.4).

- (8) a. Licenciamento: *pro* é marcado com Caso (estrutural) por um núcleo  $X^0$ , sendo  $X^0$  um núcleo multiparametrizável. No italiano,  $X^0 = \{V, I\}$ ; no inglês,  $X^0 = \{ \}$ .
- b. Interpretação: Se  $X^0$  é o núcleo que licencia *pro*, então *pro* possui a especificação gramatical dos traços- $\phi$  de  $X^0$  co-indexados a ele – ligação de núcleo<sup>6</sup>.

Restringindo a atenção para o licenciamento realizado pela flexão (p. 541), há quatro possibilidades de distribuição de *pro*, observadas em diferentes línguas (*pro* não-argumento ocorre em sentenças como “*pro parece que S*”, e *pro* quasi-argumento em “*pro está chovendo*”), como mostra (9).

- (9) a. nenhuma ocorrência de *pro* (inglês);
- b. *pro* = não-argumento (alemão);
- c. *pro* = não-argumento e quasi-argumento (*yiddish*);
- c. *pro* = não-argumento e quasi-argumento e argumento referencial (italiano).

Em sua análise, Rizzi (p.542ss) correlaciona o estatuto referencial (a) e argumental (b) de um NP, incluindo *pro*, à sua especificação de traços- $\phi$  de pessoa e número:

- (10) a. Um NP é referencial apenas se possuir especificação de pessoa e número.
- b. Um NP é argumental apenas se possuir especificação de número.

Desse modo, para Rizzi, o procedimento de recuperação do conteúdo de *pro* deve também ser parametrizável, sendo que a recuperação dos traços- $\phi$  é uma opção explorada pelos sistemas gramaticais em graus diversos (p. 544ss):

<sup>6</sup> Além disso, para dar conta dos objetos nulos arbitrários, há ainda a regra de interpretação arbitrária, podendo ocorrer tanto no léxico, quanto na sintaxe, cf. acima.

- (11) a. Ausência de recuperação dos traços- $\phi$ : *pro* só pode ser não-argumento: caso (9b).
- b'. Recuperação de apenas um traço- $\phi$ : pessoa: *pro* só pode ser não-argumento: resultado idêntico ao caso (9b);
- b''. Recuperação de apenas um traço- $\phi$ : número: *pro* só pode ser não-referencial: caso (9c).
- c. Recuperação total dos traços- $\phi$ : *pro* pode ser não-argumento, quasi-argumento e referencial: caso (9d).

Outros casos:

- d. Sistema gramatical não possui flexão como licenciador de *pro*: caso (9a).
- e. Sistema gramatical não usa traços- $\phi$ : *pro* pode ser não-argumento, quasi-argumento e referencial, pois (10) é inoperante. É o caso do chinês.

Os traços a serem recuperados dependem em parte da riqueza de Agr. Rizzi (p. 544, n. 43) afirma que uma especificação não será recuperável por ligação de núcleo se um Agr fraco não possuir essa especificação. Assim, a riqueza de Agr coloca um limite nos possíveis valores do parâmetro de recuperação. Dentro dessa fronteira, escolhas parecem ser arbitrárias. Por exemplo, o alemão parece ter Agr mais rico do que o *faroese*, mas este escolhe a recuperação de número (11b) e aquele, nenhuma opção de recuperação (11a). O finlandês e o estoniano parecem apresentar a mesma especificação de Agr rico, com a conjugação verbal diferenciada para pessoa e número. Contudo, o primeiro escolhe a opção de recuperação de pessoa e número (11c), ao passo que o segundo não recupera a especificação de pessoa (11b''). Rizzi, contudo, deixa em aberto se uma relação mais forte pode ser encontrada entre a riqueza de Agr e a fixação do parâmetro de recuperação.

#### 1.4 Uniformidade morfológica: Jaeggli & Safir (1989)

Para esses autores, a propriedade crucial que determina o licenciamento de sujeitos nulos em sentenças finitas é a noção de paradigma flexional morfolologicamente uniforme:

- (12) *O parâmetro do sujeito nulo*: Sujeitos nulos são permitidos somente em línguas com paradigmas flexionais morfolologicamente uniformes<sup>7</sup>. (p. 40, n. 17)
- (13) *Uniformidade morfológica*: Um paradigma flexional P de uma língua L é morfolologicamente uniforme sse P possuir apenas formas flexionais não-derivadas (somente raiz) ou apenas formas flexionais derivadas (raiz + afixo). (p. 30)

Contudo, a noção de licenciamento em (12), apesar de necessária, não é suficiente para a análise do sujeito nulo. A partir de diferenças entre línguas que permitem o apagamento de sujeitos temáticos e expletivos (italiano) daquelas que apenas permitem expletivos nulos (alemão), a identificação da categoria vazia também parece ser essencial para a determinação do valor referencial, o que é necessário para a determinação do estatuto argumental do sujeito nulo. Os autores (p. 32) propõem que essa identificação pode ser feita de duas maneiras:

- *Identificação por concordância*: os afixos de concordância com os traços relevantes de pessoa e número, assumindo que são parte do nóduo tense/Infl, podem identificar o sujeito nulo na configuração correta. Dessa forma, para haver a identificação do sujeito nulo temático em uma língua L:

<sup>7</sup> J&S (p. 40, n. 17) observam que há línguas escandinavas que, apesar de possuírem paradigma uniforme, não permitem sujeitos expletivos nulos. Dessa maneira, o parâmetro do sujeito nulo passa a ser estabelecido como uma implicatura material (se sujeitos nulos, então uniformidade morfológica) e não mais como uma dupla implicatura, como havia proposto inicialmente J&S (p. 29): "Sujeitos nulos são permitidos em todas e somente nas línguas com paradigmas flexionais morfolologicamente uniformes" (ver também Roberts 1993b: 231, n. 18).

- (a) L deve possuir Agr forte (autores não dão uma definição formal); &  
 (b) em L, a categoria que contém os traços identificadores de *pro* rege e atribui localmente Caso à *cv*<sup>8</sup>.

(14) *Identificação por concordância*: Agr pode identificar uma *cv* como *pro* temático sse a categoria contendo Agr rege e atribui Caso à *cv*. (p. 35)

- *Identificação não local por concordância*: em línguas sem concordância, como o chinês e o japonês, há dois processos envolvidos:

(a) Um deles é uma análise de tópico nulo, que envolve movimento qu- de um operador nulo deixando um traço-qu (variável) na posição sujeito. Ocorre em sentenças matrizes com sujeitos temáticos nulos e em encaixadas com sujeitos obviativos nulos (cf. Huang).

(b) No outro, em encaixadas com sujeito correferente ao sujeito matriz, não havendo a possibilidade de identificação local por AGR por este estar vazio, os autores postulam que esse nóculo “herda” traços de um NP c-comandante, geralmente um sujeito mais alto. Então esses traços identificam o sujeito nulo da encaixada, analisado como *pro* (controle aparente de *pro*)<sup>9</sup>. Os autores também assumem que Infl rege o sujeito sempre. A partir daí, o processo (b) pode ser então reduzido à identificação local, como em (14).

### 1.5 Riqueza funcional: Roberts (1993b)

Analisando o francês antigo, uma língua de sujeito nulo até o século XVI, Roberts procura reformular a proposta de J&S, que, segundo ele, não dá conta daquela língua, como mostra o paradigma no tempo presente do verbo *chanter*:

<sup>8</sup> Em línguas V2, a distribuição de Infl (IP) e Agr (CP) se dá em nóculos diferentes, ao contrário das línguas românicas (Jaeggli & Safir 1989: 33), o que explica a não existência de sujeitos nulos temáticos no alemão e islandês.

<sup>9</sup> No presente do indicativo, o hebreu não permite que o sujeito encaixado seja controlado por uma sentença mais alta. Os autores (p. 37) assumem que esse tempo é defectivo para a marcação de pessoa, não podendo herdar o conjunto total de traços requeridos na identificação da *cv*.

(15) chant, chantes, chante(t), chantons, chantez, chantent

(15) é um paradigma suficientemente rico (um morfema zero identificando a 1ª pessoa do singular com os demais afixos distintos), mas não uniforme (há uma forma não-derivada – *chant* – e cinco derivadas). Já o francês antigo e moderno falado, pelo menos a partir do século XII em diante, apresenta o quadro inverso: não é suficientemente rico, mas é uniforme:

(16) chante, chante, chante, chantons, chantez, chante

Como o francês antigo, mesmo com as mudanças de (15) para (16), permaneceu uma língua de sujeito nulo, Roberts propõe que há duas maneiras segundo as quais os paradigmas podem ser ricos o suficiente para identificar o conteúdo de *pro*: uma formal e outra funcional. A riqueza funcional é compatível com uma terminação zero para uma pessoa no paradigma, pois essa terminação zero não irá interferir na função de identificação daquela pessoa. Esses paradigmas são chamados [+pron]:

(17) Um paradigma [+pron] permite até um sincretismo<sup>10</sup>. (p. 127)

Dessa forma, admitindo-se que um paradigma [+pron] permite uma terminação zero e a coexistência de um sincretismo (a terminação zero podendo ser o sincretismo, ou seja, a possibilidade de duas terminações zero e demais pessoas distintas), (15) seria um paradigma [+pron].

Paradigmas seguindo a condição de uniformidade morfológica (13), com tolerância para qualquer número de sincretismos, mas sem terminações zero, seriam [+MU]: é o caso de (16). Em resumo, o paradigma verbal no francês antigo

<sup>10</sup> Quando há mais de um sincretismo (por exemplo, o presente do subjuntivo em italiano), o sujeito nulo não é possível com pelo menos uma das formas pessoais (Roberts 1993b:127).



passou de [+pron] para [+MU]. Entretanto, mesmo apresentando um paradigma morfológicamente uniforme até hoje, o francês tornou-se uma língua não *pro-drop* no século XVI, como citado acima. Segundo Roberts, até esse período havia legitimação da *cv* na posição sujeito por regência, pois o francês antigo era uma língua V2, em que o verbo no núcleo de CP regia *pro* contido em spec de IP. Perdendo a característica V2, o francês não pôde mais licenciar sujeitos nulos. Entretanto, a análise acima não explica por que o italiano ainda permite o licenciamento de *pro*.

### 1.6 O português brasileiro

Em estudos sobre o PB (Galves 1993, Duarte 1993, 1995; Figueiredo Silva 1996 entre muitos outros), tem-se mostrado que essa língua vem perdendo seu estatuto de língua *pro-drop*. Mesmo ainda existindo sentenças gramaticais sem o sujeito exposto, essa opção tem se mostrado cada vez menos usual na fala espontânea dos *corpora* analisados pelas pesquisas variacionistas. Formas plenas e nulas já não se encontram mais em distribuição complementar (cf. nota 1)<sup>11</sup>:

- (18) a. \*(Eu) acordo cedo.  
 b. \*(Você/Tu) acorda cedo.  
 c. \*(Ele) acorda cedo.  
 d. \*(A gente) acorda cedo.

Estudos indicam também que o paradigma verbal do PB, decorrente da redução de suas formas verbais (do paradigma 1 para o 2), perdeu também sua riqueza funcional (cf. Roberts 1993b; seção 1.5 acima), i.e. não é mais possível

<sup>11</sup> Em contextos matrizes no PB, a recuperação da categoria vazia na posição sujeito só é possível se estiver ligada a um tópico ou a um elemento no discurso (numa relação operador/variável), como em contextos de pergunta-resposta. Segundo Modesto (1999), *pro* sujeito matriz com interpretação dêitica parece não existir em PB. Duarte (1995), contudo, afirma o contrário.

identificar uma categoria vazia na posição sujeito pela flexão do verbo, como mostra o quadro em (19) a seguir, adaptado de Duarte (1993:109):

(19)

Número	Pessoa	Paradigma 1	Paradigma 2
Singular	1 <sup>a</sup>	cant-o	cant-o
Singular	2 <sup>a</sup> direta (tu)	canta-s	canta-∅ <sup>12</sup>
Singular	2 <sup>a</sup> indireta (você)	canta-∅	canta-∅
Singular	3 <sup>a</sup>	canta-∅	canta-∅
Plural	1 <sup>a</sup> (nós)	canta-mos	canta-mos <sup>13</sup>
Plural	2 <sup>a</sup> direta (vós)	canta-is	-----
Plural	2 <sup>a</sup> indireta (vocês)	canta-m	canta-m
Plural	3 <sup>a</sup>	canta-m	canta-m

Galves (1993:395) passa então a analisar o elemento de concordância no PB como *fraco*: “é fraca a concordância que não contém pessoa [como traço semântico] ou contém pessoa como um traço puramente sintático”. De fato, no PB, a oposição entre as três pessoas não existe mais, havendo apenas uma oposição binária: pessoa (1<sup>a</sup>) / não-pessoa (3<sup>a</sup>), associada a uma oposição singular/plural:

(20)

desinência	pessoa	plural
-o	+	-
-mos (v. nota 13)	+	+
-∅	-	-
-m	-	+

<sup>12</sup> Na região centro-sul do Brasil, *tu* foi substituído por *você*. Por outro lado, segundo Valle et al. (1998), em Florianópolis, as ocorrências da opção *tu* superam as de *você*; contudo, a primeira opção geralmente se apresenta sem concordância verbal na faixa etária mais jovem.

<sup>13</sup> A forma *nós* está sendo substituída pela expressão *a gente*, que adota a desinência ∅ como elemento de concordância; ver (18d).

As conclusões de Galves sobre o PB reforçam a teoria de *pro* proposta por Rizzi (1986), cf. 1.3 acima: no PB, *pro* só pode ser não-argumento, cf. (21a), e quasi-argumento, cf. (21b) mas não pode ser referencial.

- (21) a. *pro* Parece que o carro foi vendido.  
 b. *pro* Tá chovendo.

Contudo, há contextos em que os sujeitos nulos referenciais ainda podem ser encontrados. Dois casos são citados por Kato (1999): os associados a Agr anafórico e os arbitrários (indefinidos e genéricos).

Os associados com Agr anafórico envolvem o sujeito de orações encaixadas. O sujeito nulo deve ser correferente ao sujeito da oração matriz, por quem é c-comandado:

- (22) O Pedro<sub>i</sub> disse que *pro*<sub>i</sub> viu a Maria.

A análise para esse tipo de sujeito nulo é conferida por Borer (1989), que analisa o Agr dessas construções com anafórico. Ou, como mostrado acima (seção 1.4), trata-se de um dos subcasos de identificação (de *pro*) não-local por concordância em Jaeggli & Safir (1989), segundo os quais Agr “herda” traços de um NP c-comandante, um sujeito mais alto.

Já os sujeitos nulos arbitrários podem ser de dois tipos: indefinidos e genéricos, o primeiro associado com a 3<sup>a</sup> pessoa do plural e o segundo com a 3<sup>a</sup> pessoa do singular, como mostram (23) e (24) respectivamente.

- (23) *pro* Bateram na porta.

- (24) Nesse lugar, *pro* não usa mais saia.

São construções como as de (24) que serão objeto de estudo desta dissertação, estando o capítulo 3 devotado a uma análise aprofundada de suas características.

### *1.7 Síntese do capítulo*

Neste capítulo mostrou-se que a riqueza morfológica referida por Chomsky (1981, 1982) é um requisito insuficiente para o licenciamento de sujeitos nulos pela concordância, já que existem línguas ricas morfológicamente mas que não aceitam sujeitos nulos e línguas sem concordância com sujeitos nulos, cf. Huang (1984), no último caso. Segundo Rizzi (1986), o licenciamento e a identificação de *pro* pela flexão verbal é parametrizável nas línguas, o que resulta em uma distribuição desigual dessa categoria vazia, conforme seu estatuto argumental e referencial. Já Jaeggli & Safir (1989) mostram que o paradigma verbal deve ser uniforme, composto apenas por formas não-derivadas ou apenas por formas derivadas (mas veja o problema com o francês na seção 1.5). No último caso, para o paradigma ser rico funcionalmente, Roberts (1993b) acrescenta a condição de que as formas derivadas podem apresentar pelo menos uma desinência zero e até um sincretismo, que pode ser a própria desinência zero.

Com respeito ao PB, mostrou-se que o sistema pronominal relacionado com a posição sujeito no PB tem passado por uma série de alterações. A mudança de um paradigma verbal forte que distinguia as três pessoas do discurso para um fraco que apenas opõe os traços [+pessoa/-pessoa] parece ter sido o gatilho para o não-licenciamento de sujeitos nulos referenciais. Isso leva a crer que no PB não há mais recuperação do traço pessoa, apenas de número, o que desencadeia a existência de apenas sujeitos nulos não-referenciais: não-argumentos e quasi-argumentos. Entretanto, ainda existem nulos referenciais em contextos específicos, como os associados à Agr anafórico e os arbitrários, sejam eles indefinidos ou genéricos.

## Capítulo 2

# Construções arbitrárias de 3<sup>a</sup> pessoa com *se*

### Introdução

Neste capítulo, é apresentada a análise de Cinque (1988) para construções com *si* impessoal no italiano. Sua análise é importante porque distingue dois tipos de *si*: um argumental [+arg] e o outro não-argumental [-arg]. O segundo *si*, segundo o autor, está associado ao morfema Agr pessoal, sendo uma forma suplementar do paradigma verbal de línguas ricas morfologicamente. Outra distinção relevante diz respeito às diferentes interpretações de construções com *si*: uma quasi-existencial e outra quasi-universal, cada uma com propriedades específicas. Em seguida, há a análise de Nunes (1990) para construções impessoais com *se* no PB. Esse autor distingue *se* apassivador de *se* indeterminador, o primeiro argumental com o verbo concordando com o objeto e o segundo não-argumental com o verbo não concordando com o objeto. Segundo Nunes, houve um processo de reanálise sintática no qual *se* apassivador passou a ser interpretado como *se* indeterminador. Será conferida no próximo capítulo a hipótese de que as construções arbitrárias com o verbo na 3<sup>a</sup> pessoa sem *se* tiveram sua origem a partir das construções com *se* [-arg] indeterminador.

O capítulo está organizado da seguinte maneira. A análise de Cinque é apresentada na seção 2.1. A seção seguinte traz a análise de Nunes, que, embora apresente algumas divergências, possui muitos pontos em comum com a análise de Cinque. Finalmente, na seção 2.3 há um confronto entre as duas análises, a partir do qual são retirados alguns elementos essenciais para o capítulo 3.

## 2.1 *Si no italiano*

### 2.1.1 *Caracterizando si impessoal no italiano*

Cinque (1988:322-3) observa que, em italiano, *si* impessoal ocorre em sentenças finitas com todas as classes principais de verbos (em resumo: transitivos, intransitivos e inacusativos<sup>1</sup>):

- (25) a. (Prima o poi) *si* scopre sempre il colpevole.  
 ‘(Sooner or later) one always discover the culprit.’  
 b. *Si* lavora sempre troppo.  
 ‘One always works too much.’  
 c. Spesso *si* arriva in ritardo.  
 ‘Often one arrives late.’

Em contraste, nas sentenças infinitivas com controle, *si* é uniformemente excluído:

- (26) a. \*Sarebbe meglio scoprir*si* il colpevole.  
 ‘It would be better one to discover the culprit.’  
 b. \*Sarebbe meglio lavorar*si* un po’ di più.  
 ‘It would be better one to work a bit more.’  
 c. \*Sarebbe meglio arrivars*si* puntuali.  
 ‘It would be better one to arrive on time.’

Sua exclusão tem sido tradicionalmente justificada pela violação ao Filtro de Caso. Sendo um clítico, um elemento lexical, *si* deve fazer parte de uma CADEIA com Caso. Estando numa CADEIA com a posição de sujeito pré-verbal, a previsão é de que *si* só possa aparecer em ambientes onde há Caso disponível, daí sua

---

<sup>1</sup> Consideram-se aqui como inacusativos os verbos que Cinque classifica como ergativos, psicológicos, de cópula, de construções passivas e de alçamento.

exclusão em sentenças infinitivas com controle. Uma consequência dessa análise, por outro lado, é que *si* seja permitido em sentenças infinitivas nas quais a posição pré-verbal de sujeito receba Caso, ou seja parte de uma CADEIA que receba Caso. Cinque cita dois contextos: (i) complementos infinitivos de verbos de alçamento e (ii) sentenças infinitivas envolvendo Aux-to-Comp. Contudo, nesses contextos, *si* só é possível com verbos transitivos e intransitivos:

- (27) a. *Sembra non essersi ancora scoperto il vero colpevole.*  
 ‘It seems one not to have yet discovered the true culprit.’  
 b. *Sembra non essersi lavorato a sufficienza.*  
 ‘It seems one not to have arrived too late.’  
 c. \**Sembra essersi arrivati troppo tardi.*  
 ‘It seems one to have worried only one parent.’
- (28) a. *Ritengo non essersi ancora scoperto il vero colpevole.*  
 ‘I believe one not to have discovered the true culprit.’  
 b. *Ritengo non essersi provveduto alle sue necessità con la dovuta solerzia.*  
 ‘I believe one not to have taken care of his needs with due zeal.’  
 c. \**Ritengo non essersi arrivati in sufficiente anticipo.*  
 ‘I believe one not to have arrived sufficiently ahead of time’
- (29) a. *Non essendosi ancora scoperto il vero colpevole, ...*  
 ‘One not having (lit.: being) yet discovered the true culprit, ...’  
 b. *Non essendosi provveduto alle sue necessità con la dovuta solerzia, ...*  
 ‘One not having taking care of one’s needs with due zeal, ...’  
 c. \**Non essendosi morti in giovane età, ...*  
 ‘One not having died young, ...’

A partir desses dados, Cinque (p. 527) passa a considerar duas questões:

(I) Por que há uma assimetria em sentenças infinitivas entre os verbos transitivos e intransitivos de um lado e os inacusativos do outro?

(II) Por que essa assimetria não existe em contextos finitos?

Para o autor, a resposta para a questão (I) está na teoria temática: verbos transitivos e intransitivos diferem dos inacusativos por serem os únicos a atribuir papel- $\theta$  ao argumento externo. Se *si* é um argumento de um verbo, pelo Critério Temático, deve estar associado com um papel- $\theta$  – externo<sup>2</sup> – em todos os níveis de representação. Isso prediz que *si* só aparecerá em contextos onde o papel- $\theta$  externo é atribuído – com verbos transitivos e intransitivos.

A análise acima, por outro lado, não responde por que em sentenças finitas *si* pode ocorrer com todas as classes de verbos, inclusive aqueles que não atribuem papel- $\theta$  ao argumento externo (questão II). Em sentenças finitas, o autor considera que *si* não é um argumento, caso contrário haveria violação do Critério- $\theta$  na Estrutura Profunda (DS). Numa sentença como (25c), repetida em (30):

(30) Spesso  $cv_i^k$  Agr<sup>k</sup>  $si^k$  arriva  $cv_i$  in ritardo.

‘Often one arrives late’.

o papel- $\theta$  interno é o único atribuído pelo verbo inacusativo *arriva* à categoria vazia (*cv*). Essa *cv*, segundo Cinque, não pode ser uma variável, pois não está ligada a um operador em posição A’; não pode ser um PRO, pois é regida; não pode ser um vestígio, pois vestígios não se qualificam como argumentos em DS. A *cv*, portanto, apenas pode ser *pro*, que na Estrutura Superficial (SS) deve estar em IP para ser identificada (como um pronominal genérico) após entrar numa CADEIA com Agr e *si*. Portanto, o estatuto de *si* nessas construções é [-arg].

<sup>2</sup> Cinque analisa *si* como um clítico [NP,IP] mas não [NP,VP]. Isso garante que *si* só pode receber papel- $\theta$  externo, nunca interno. Além disso, para ele, a posição do argumento externo, na DS, não é interna a VP, mas é spec IP.



A partir da análise acima, o autor apresenta o seguinte quadro de propriedades para o *si* impessoal (p.530):

- (31) *Si impessoal*
- a. sintaticamente
    - i.  $\pm$  argumento
    - ii. pronome clítico co-indexado com [NP,IP]  
(e, por transitividade, com Agr, quando presente)
  - b. morfológicamente
    - i. pessoa: não especificada (portanto, *genérica* ou *arbitrária*)
    - ii. número: plural
    - iii. gênero: masculino
  - c. semanticamente  
[+ humano]

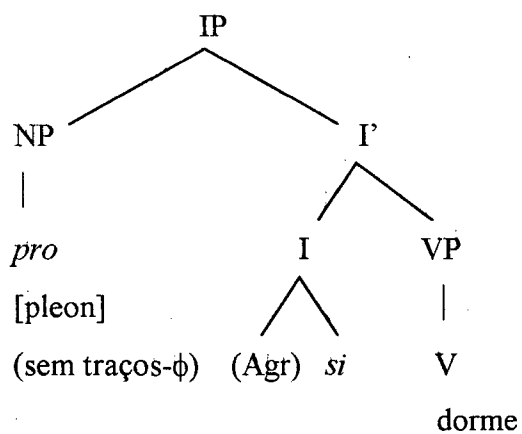
Cinque sugere que *si* [-arg] serve como um meio sintático para suplementar Agr pessoal com os traços capazes de “identificar” (cf. Chomsky 1982, Rizzi 1986) o conteúdo de *pro* como um pronominal sem especificação de pessoa (genérico), uma interpretação que de outra maneira não estaria disponível no paradigma flexional. *Arriva* pode apenas significar ‘ela/ele chega’, enquanto *si arriva*, ‘alguém (não especificado) chega’. Além disso, como o autor considera que *si* está em Infl, ele também assume que *si* deve reger e ser regido por **Agr pessoal**<sup>3</sup>. Assim, *si* [-arg] só será possível em contextos onde Agr pessoal e marcadores flexionais de pessoa forem encontrados, ou seja, em sentenças finitas, no italiano<sup>4</sup>.

<sup>3</sup> Em construções infinitivas do tipo Aux-to-Comp, Agr não é pessoal, mas pleonástico, e, portanto, incompatível com o conjunto de traços de *si*, cf. (31b-c).

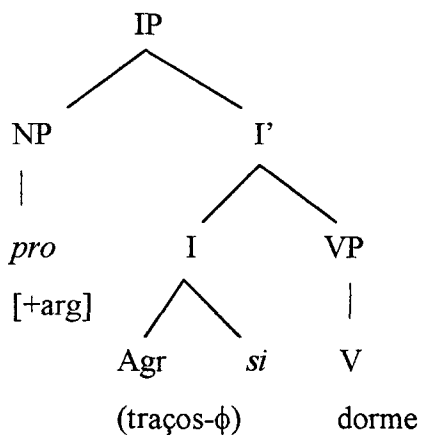
<sup>4</sup> Cinque (p. 531ss) mostra que, como o português possui Agr pessoal em infinitivas e permite *si* [-arg], este poderá aparecer também, em sentenças infinitivas, tanto com verbos que atribuem quanto com os que não atribuem papel- $\theta$  ao argumento externo, como mostraria a tradução para português das glosas dos exemplos (26-29).

Cinque (p. 534-5) propõe as representações abaixo para as DS's de sentenças contendo *si* [+arg] (32a) e *si* [-arg] (32b-c):

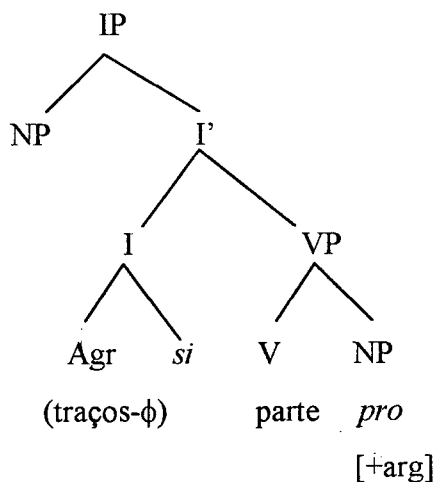
(12) a. *si* [+arg]



b. *si* [-arg] com verbos transitivos e intransitivos



c. *si* [-arg] com verbos inacusativos



Já o quadro a seguir resume a distribuição de *si* impessoal no italiano. Observa-se que, em sentenças finitas com verbos transitivos e intransitivos, há uma ambigüidade gramatical: *si* pode ser [+arg] ou [-arg].

(33)

classe verbal	contexto sintático		
	finitos (+Agr pessoal) (+CH Caso nom.)	controle (-Agr pessoal) (-CH Caso nom.)	alçamento e Aux-to-Comp (-Agr pessoal) (+CH Caso nom.)
<b>transitivos e intransitivos</b> (+papel-θ externo)	<i>si</i> [+arg] <i>si</i> [-arg]	-	<i>si</i> [+arg]
<b>Inacusativos</b> (-papel-θ externo)	<i>si</i> [-arg]	-	-

### 2.1.2 Arbitrários em contextos específicos e genéricos

Em contextos em que a referência temporal é *específica*, Cinque também observa alguns contrastes semelhantes aos estudados acima com respeito a outras estruturas envolvendo interpretação arbitrária no italiano (com pronomes de 3ª pessoa do plural, 2ª pessoa do singular, *Arb* em posições que não aquelas em IP, interpretação de *si* como 1ª pessoa do plural e PRO arbitrário). Por exemplo, em construções de 3ª pessoa do plural, uma leitura impessoal só é possível com verbos que atribuem papel- $\theta$  ao argumento externo.

- (34) a. Lo hanno cercato: era un signore anziano.  
 ‘They have been looking for him: it was an elderly man.’
- b. Prima, hanno telefonato: mi pareva tua sorella.  
 ‘Earlier, they telephoned: it seemed to me it was your sister.’
- c. \*Sono venuti a vedere: era una signora anziana.  
 ‘They came to see: it was an elderly lady.’

Além disso, em contextos encaixados em que há suspensão da especificidade da referência temporal, sentenças com verbos inacusativos permanecem agramaticais.

- (35) \*Se sono venuti (era un signore anziano), un motivo ci sarà.  
 ‘If they came (it was an elderly man), there is a reason.’

Nesse último caso, em construções com *si*, entretanto, a interpretação impessoal é restabelecida<sup>5</sup>.

- (36) Mi domando se a Beirut, si sia nati senza assistenza medica anche oggi.  
 ‘I wonder whether in Beirut one was born with no medical assistance today still’.

Já em contextos com tempo genérico, as sentenças de todas as classes verbais são gramaticais com a 3ª pessoa do plural:

- (37) a. *Lì, odiano gli stranieri.*  
 ‘There they hate foreigners.’  
 b. *Qui, lavorano anche di sabato.*  
 ‘Here they work even on Saturday.’  
 c. *Qui, vanno a scuola già a quattro anni.*  
 ‘Here they go to school when they are four years old.’

Os fatos acima levam o autor (p. 546) a distinguir duas interpretações para essas construções, interpretação *quasi-existencial* e interpretação *quasi-universal*, cada uma delas com algumas propriedades específicas, como mostra

(38):

(38)	<b>Interpretação quasi-existencial</b>	<b>Interpretação quasi-universal</b>
a.	Compatível com referência específica de tempo	a’. Incompatível com referência específica de tempo
b.	Incompatível com referência genérica de tempo	b’. Compatível com referência genérica de tempo
c.	Incompatível com contextos que suspendem a especificidade da referência de tempo	c’. Compatível com contextos que suspendem a especificidade da referência de tempo
d.	Compatível com a existência de um único indivíduo satisfazendo a descrição	d’. Incompatível com a existência de um único indivíduo satisfazendo a descrição
e.	Restrita à posição $\theta$ -marcada em [NP, IP] na DS	e’. Não restrita à posição $\theta$ -marcada em [NP, IP] na DS

---

<sup>5</sup> Cinque (nota 25) acrescenta outra distinção: a interpretação impessoal de *si* ([-arg]), como de PRO e *pro* objeto no italiano, pode incluir o falante, ao passo que a interpretação impessoal de 3ª pessoa do plural exclui essa possibilidade.

Cinque associa as características (38a-d/a'-d') a diferenças semânticas entre a referência específica e genérica de tempo:

- (39) a. Um rinoceronte está comendo pequenas cobras.  
 b. Um rinoceronte come pequenas cobras.

Em (39a), em que há referência específica de tempo, a interpretação é de que 'Existe um  $x$ ,  $x$  um rinoceronte, tal que  $x$  está comendo pequenas cobras', ou seja, a interpretação é similar a de uma quantificação *existencial*. Já em (39b), a referência temporal é genérica, sendo a sentença interpretada como 'Para todo  $x$ ,  $x$  um rinoceronte,  $x$  come pequenas cobras', uma interpretação equivalente à quantificação *universal*.

Com o intuito de explicar (38e'), Cinque cita Jackendoff (1972), para quem a interpretação de genéricos se faz em SS. Assim, a interpretação universal está disponível para sujeitos superficiais marcados ou não tematicamente em DS. Por outro lado, segundo (38e), a interpretação quasi-existencial de *arb* deve estar associada com Infl já em DS.

Em construções com tempo específico contendo *si*, Cinque (p. 542, 550ss) mostra que, com verbos transitivos e intransitivos, *si* possui uma interpretação existencial (arbitrária indefinida), como previsto, ilustrado por (40a). Com verbos inacusativos, contudo, sua interpretação pode ser parafraseada como 'conjunto não especificado de pessoas incluindo o falante' ('nós'). Para o autor, a diferença, embora sutil, é real, e torna-se mais evidente quando o predicado selecionado é pragmaticamente incompatível com a inclusão do falante, como em (40b). O mesmo estado de coisas é encontrado no francês com o clítico impessoal *on* (40a'-b'):

- (40) a. Oggi, a Beirut, *si* è ucciso un innocente.  
 a'. Aujourd'hui à Beyrouth, *on* a tué un innocent.  
 'Today, in Beirut, one killed an innocent.'
- b. %Oggi, a Beirut, *si* è nati senza assistenza medica.  
 b'. (\*)Aujourd'hui à Beyrouth, *on* est né sans assistance médicale.  
 'Today, in Beirut, we were born with no medical assistance.'

Cinque (p. 550) interpreta os fatos acima como uma estratégia de reconciliar o requerimento de que sentenças específicas tenham um sujeito referencial com o requerimento imposto pelo significado arbitrário de *si*. Para o autor, a 1ª pessoa do plural representa a melhor aproximação de um pronome referencial, específico, a um pronome arbitrário, uma vez que *nós* em sua leitura inclusiva engloba a 1ª, 2ª e 3ª pessoas, enquanto todas as outras fazem alguma exclusão<sup>6</sup>.

### 2.1.3 *Si* impessoal em contextos transitivos

Nas construções de *si* impessoal com verbos transitivos, Cinque (*op. cit.*:554ss) observa que o verbo pode concordar com o argumento interno ou não:

- (41) a. Qui, *si* mangiano spesso gli spaghetti.  
 'Here *si* often eats spaghettis.'
- b. Qui, gli spaghetti *si* mangiano spesso.  
 'Here spaghettis *si* often eat (are eaten).'

<sup>6</sup> Cinque (seq. 3.4) acrescenta outras evidências independentes de que *si* no contexto em questão identifica um *pro* de 1ª p.p. em [NP,IP]: (i) *si* é incompatível com elementos arbitrários com morfologia de 3ª pessoa *se stess-* e *propri-*; (ii) pode ocorrer com pronomes enfáticos de 1ª p.p., (iii) pode “resumir” um pronome de 1ª p.p. (deslocado à esquerda ou relativizado), (iv) pode controlar PRO com traços de 1ª p.p., (v) pode causar efeitos de referência disjunta com pronomes de 1ª p. No PB essa “estratégia de reconciliação” parece não existir.

- (42) a. Qui, si mangia spesso gli spaghetti.  
 ‘Here *si* often eats spaghettis.’
- b. Qui, li si mangia spesso.  
 ‘Here *si* often eats them.’

Para o autor, nas sentenças em (41), *si* é [+arg], absorvendo papel- $\theta$  externo e Caso acusativo<sup>7</sup>. Como o Caso acusativo é absorvido por *si*, o NP objeto torna-se sujeito, devendo receber Caso nominativo; daí sua concordância como o verbo. Como sujeito, o NP objeto pode aparecer em [NP,IP], cf. (41b) ou na posição “invertida”, cf. (41a).

Já em (42), em que não há concordância com o objeto, *si* é [-arg] e, portanto, não absorve papel- $\theta$  externo nem Caso. Dessa forma, o verbo pode atribuir Caso acusativo, como mostra (42b), onde o NP objeto apresenta a forma acusativa *li*<sup>8</sup>. Além disso, Cinque mostra que, se *si* não é argumental, espera-se que em contextos infinitivos em que o verbo não concorda com o objeto, *si* seja excluído, o mesmo não acontecendo onde há concordância. De fato, é o que ocorre, como mostram os exemplos (43) e (44), respectivamente:

- (43) a. \*Sembra/Deve essersi venduto poche automobili.  
 ‘It seems/must *si* have been sold(sing.) few cars.’
- b. \*Ritengo essersi venduto poche automobili.  
 ‘I esteem *si* to have been sold(sing.) few cars.’

<sup>7</sup> Nesse caso, *si* apresenta uma função similar à da morfologia passiva: detematizar a posição sujeito. Pela generalização de Burzio, “todos e apenas aqueles verbos que atribuem papel- $\theta$  para o sujeito podem atribuir Caso (acusativo) ao objeto”. (Burzio 1986:178 *apud* Cinque *op. cit.*:555). Segundo Burzio, em contextos NP <sub>$\theta$</sub>  V NP (NP <sub>$\theta$</sub>  = NP que não recebe papel- $\theta$ ), o NP à direita de V nunca aparecerá no acusativo. Em passivas, o morfema de particípio retém o papel- $\theta$  externo, de forma que o verbo não possa mais atribuí-lo ao sujeito e, seguindo a Generalização de Burzio, nem atribuir Caso acusativo ao objeto; este então deve ser alçado para a posição sujeito para satisfazer o filtro de Caso.

<sup>8</sup> Algumas análises (ver referências em Cinque 1988) consideram *si* com [+arg], absorvendo papel- $\theta$  externo e Caso nominativo em contextos intransitivos e em sentenças como (42). Entretanto, nos contextos transitivos, essa análise contradiz a Generalização de Burzio, pois o verbo ainda reteria a capacidade de atribuir Caso acusativo ao NP objeto, como mostra (42b).



- c. \*?Essendosi venduto poche automobili, ...  
‘Having *si* sold(sing.) few cars, ...’
- (44) a. Sembrano/Devono essersi vendute poche automobili.  
‘Seem to/Must have been sold(pl.) few cars.’
- b. Ritengo essersi vendute poche automobili.  
‘I esteem to have been sold(pl.) few cars.’
- c. Essendosi vendute poche automobili, ...  
‘Having been sold(pl.) few cars, ...’

Já em contextos transitivos quando há concordância com o argumento interno, Cinque (p. 559ss) assinala mais uma distinção: *si* impessoal-passivo [+arg] e *si* médio [-arg]. Com referência específica de tempo, sentenças passivas com *si* implicam que um agente fez parte do evento (qualquer que seja o verbo), como mostra (45):

- (45) Questo vestito si lavò facilmente, sembra.  
‘This suit *si* washed easily, it seems.’

Por outro lado, quando a referência de tempo é genérica, mas com apenas alguns verbos, permite-se uma leitura em que “o agente é colocado no fundo e a sentença predica uma propriedade inerente do sujeito [...]”, cf. (46); no caso, o vestido ser “*lavável*”, “o que é verdadeiro independentemente de alguém o ter lavado no passado ou lavá-lo no futuro” (p. 559-560, minha tradução).

- (46) Questo vestito si lava facilmente.  
‘This suit *si* washes easily’.

Com outros verbos, mesmo em contextos genéricos, uma interpretação como em (46) parece não existir: *Carlo é “odiável”*:

- (47) Carlo si odia facilmente.  
 ‘Carlo *si* hates easily.’

Cinque mostra que, em contextos infinitivos, o contraste entre (46) e (47) é maior:

- (48) (?)Questo vestito ha il vantaggio di lavarsi molto più facilmente di altri.  
 ‘This suit has the advantage of washing more easily than others.’
- (49) \*Carlo ha il vantaggio di odiarsi facilmente.  
 ‘Carlo has the advantage of *si* hating easily.’

Os fatos acima levam Cinque a concluir que, em contextos finitos, as sentenças são ambíguas. Já em contextos infinitivos com controle, *si* impessoal-passivo não é permitido, cf. (49), e *si* médio é possível, cf. (48). Este último, para o autor, é um apassivador não-argumental [-arg] que elimina Caso acusativo e o papel- $\theta$  externo. Ao contrário de *si* impessoal-passivo, não precisa estar associado com Caso nominativo, aparecendo em infinitivas com controle.

Eliminada a interferência da construção com *si* impessoal-passivo em sentenças finitas, Cinque (p. 563) observa que as construções com *si* médio em contextos infinitivos no italiano aproximam-se das construções médias no inglês<sup>9</sup>:

- As construções médias são naturais apenas com referência de tempo genérico:

<sup>9</sup> Cinque assinala que as construções médias no italiano são mais produtivas que no inglês, pois, na primeira língua, são possíveis com verbos que selecionam objetos tema não-afetados e com verbos que atribuem Caso a um NP sem marcá-lo tematicamente, opções inexistentes no inglês; o que faz o autor concluir que as construções médias são sintáticas no italiano e lexicais no inglês; cf. p. 564ss.

- (50) a. ??Yesterday, the mayor bribed easily.  
 b. \*?Il sindaco ha il vantaggio di essersi già corrotto ieri.  
 ‘The mayor has the advantage of already *si* being bribed yesterday.’

- As construções médias não admitem advérbios agentivos:

- (51) a. \*The book sold voluntarily.  
 b. \*Il libro ha il pregio di venderli volutamente.  
 ‘The book has the merit of selling voluntarily.’

- As construções médias não admitem controle de PRO sujeito de uma oração final ou *small clause*:

- (52) a. \*Bureaucrats bribe easily to show one’s influence.  
 b. \*I burocrati hanno la proprietà di corrompersi facilmente per dimostrare la propria influenza.  
 ‘Bureaucrats have the property of *si* bribing easily to show one’s influence.’

- (53) a. The floor waxes more easily (\*naked).  
 b. Questa gravatta ha il vantaggio di potersi indossare facilmente (\*nude).  
 ‘This tie has the advantage of *si* being able to wear easily (naked).’

- As construções médias requerem algum tipo de modificação com advérbios de modo:

- (54) a. The wall paints \*(easily).  
 b. Questo muro ha il vantaggio di dipingersi \*(molto facilmente).  
 ‘This wall has the advantage of *si* painting (very easily).’

Segundo Nunes (1990, cap. 2, nota 21), sentenças com argumento interno no singular no PB não distinguem *se* médio de *se* impessoal-passivo (apassivador) (nem mesmo de *se* indeterminador (não-argumental)), pois os infinitivos podem admitir *pro* ocupando a posição sujeito de tais sentenças.

## 2.2 *Se no português brasileiro*

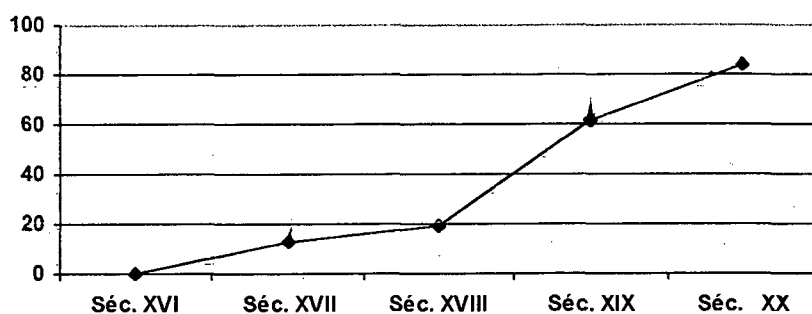
Nunes (1990) analisa as construções transitivas com *se* impessoal no PB em que há ou não concordância com objeto. No primeiro caso, tem-se *se* apassivador e, no segundo, *se* indeterminador. (As representações basicamente seguem aquelas propostas por Cinque em (32) para *si* [+arg] e *si* [-arg], respectivamente.)

- (55) a. Alugam-se casas.  
 a'.  $pro_{expl}$  Alugam  $se_{\theta e/Kacc}$  CASAS $\theta_i/Knom$   
 b. Aluga-se casas.  
 b'.  $pro_{\theta e/Knom}$  Aluga  $se$  casa $S_{\theta i/Kacc}$

O autor (p. 4) levanta a hipótese de que no PB “houve um processo de reanálise sintática em que o expletivo da posição de sujeito de construções com *se* apassivador foi reinterpretado como um pronome nulo referencial<sup>10</sup>”. Segundo os dados de Nunes (p. 76), a partir do século XVII, como mostra o gráfico abaixo,

<sup>10</sup> *Pro* “referencial” é entendido por Nunes como não-expletivo ou argumental, podendo receber papel- $\theta$  e Caso. Não é claro em sua dissertação, entretanto, se “referencial” é de fato *referencial* nos termos do capítulo 1, ou por outra, se *pro* “referencial” exclui *pro* quasi-argumental. Espera-se que sim, porque não há *pro* quasi-argumental com *se*: “\**Aqui chove-se muito*”.

casos de discordância entre o verbo e o objeto começaram a aparecer, iniciando um processo de mudança em que a forma com concordância foi sendo substituída pela outra variante, aquela estando restrita hoje em dia apenas à modalidade escrita.



**Gráfico I: Porcentagem de construções impessoais com *se* no PB:  
Discordância entre verbo e argumento interno em função do tempo  
(Nunes *op. cit.*:76)**

Nunes (seq. II.3) afirma que construções com *se* indeterminador e NP objeto no singular constituem o *input* ideal para o processo de reanálise, uma vez que diferentes DS's apresentam a mesma SS:

- (56) Consertou-se o brinquedo.  
 $pro_{expl}$  Consertou  $se_{\theta_e}$  o brinquedo $_{\theta_i}$   
 $pro_{\theta_e}$  Consertou se o brinquedo $_{\theta_i}$

Além disso, a diferença nas estruturas não acarreta diferença com relação à interpretação indeterminada, i.e., ambas apenas possuem um elemento com traço [+humano] como referência para o argumento externo. Nas palavras do autor:

*Uma vez que o português passou a admitir construções em que um pronome referencial nulo na posição de sujeito é indeterminado pelo clítico se, era de se esperar que qualquer verbo – e não apenas os transitivos – que pudesse ter um pronome referencial nulo em sua*

*posição de sujeito (possuindo traço [+humano]) pudesse também fazer parte de uma construção com se indeterminador.* (p. 94-5)

Nunes, então, estabelece uma ordem de expansão de *se* indeterminador, utilizando como critérios a presença de argumento externo na posição sujeito e a semelhança estrutural em superfície. O autor também utiliza os dados em seu *corpus* diacrônico:

- (57)
1. verbos transitivos usados intransitivamente: *Come-se muito no inverno.*
  2. verbos intransitivos: *Trabalha-se bastante nesse lugar.*
  3. verbos transitivos preposicionados: *Precisa-se de empregados.*
  4. verbos ergativos: *Chegou-se tarde à reunião.*
  5. verbos de ligação: *É-se feliz quando se é jovem.*
  6. verbos em construções passivas perifrásticas: *Aqui se é visto por todos.*

A respeito da relação “*pro ... se* indeterminador”, o autor (p. 64-5, 131-2) afirma que, “o fato de uma categoria [+anafórica, -pronominal] ser ligada por uma categoria [-anafórica, +pronominal] estabelece uma relação anafórico-pronominal, intimamente relacionada ao conteúdo referencial arbitrário de PRO”<sup>11</sup>. Portanto, essa relação, para Nunes (p. 131-2), “equivale a um “PRO descontínuo e, como tal, desencadeia traços de concordância condizentes com PRO, nomeadamente, [3<sup>a</sup> pessoa], [singular] e [masculino] (para o português)”:

- (58)
- a. A Maria se pergunta como PRO<sub>arb</sub> ser rico (\*-os/\*-a/\*-as) no Brasil.<sup>12</sup>
  - b. Aqui, *pro*<sub>arb</sub> se é repreendido (\*-os/\*-a/\*-as) por todos.

Os fatos acima levam o autor a concluir que:

<sup>11</sup> Nunes acrescenta que a relação “*pro ... se*” envolve apenas um papel- $\theta$  como em ‘*pro Aluga-se casas*’, o que não ocorre em uma sentença como ‘*pro Barbeou-se de manhã*’, a qual possui dois papéis- $\theta$  envolvidos.

<sup>12</sup> É possível uma leitura controlada dessa sentença, o que possibilita a concordância de gênero feminino do adjetivo:

(i) A Maria<sub>i</sub> se pergunta como PRO<sub>i</sub> ser rica no Brasil.

*os traços de concordância propostos por Cinque [...] para o clítico si [pessoa genérica], [plural] e [masculino], na verdade, descrevem os traços compatíveis com PRO em italiano, e não os traços do clítico em si mesmo. De acordo com a análise aqui empreendida, se – quer apassivador, quer indeterminador – não difere do clítico se com outras funções em seu valor quanto aos traços de pessoa, gênero e número.*

(p. 132)

Embora *se* apassivador seja argumental e *se* indeterminador, um não-argumento, cada um cobre domínios de atuação diferentes de *si* [+arg] e *si* [-arg], respectivamente.

- *Si* [+arg] vs. *se* apassivador

*Si* [+arg] ocorre com verbos que atribuem papel- $\theta$  externo, transitivos e intransitivos, ao passo que *se* apassivador apenas com transitivos. Nunes aponta que o fato de um clítico fonologicamente homônimo ao reflexivo (que recebe acusativo) receber nominativo “deveria despertar estranheza” (p. 129). Em Cinque, apenas com intransitivos *si* recebe nominativo; com transitivos, quando argumental, *si* recebe acusativo. Como Caso acusativo não é disponível em construções intransitivas e *si*, para ser argumental, só pode absorver Caso acusativo, mas nunca nominativo, Nunes conclui que nesses contextos não há *se* argumental.

- *Si* [-arg] vs. *se* indeterminador

Para Cinque, *si* [-arg] deve fazer parte de uma CADEIA com Caso nominativo, devendo estar necessariamente associado a Agr pessoal. Para Nunes a última exigência não existe. Basta apenas *se* indeterminador estar associado a um *pro* referencial.

A distribuição de *se* apassivador e *se* indeterminador na análise de Nunes pode ser resumida no seguinte quadro:

(59)

classe verbal	contexto sintático		
	finitos	controle	alçamento
<b>Transitivos</b>	<i>se</i> apassiv. <i>se</i> indetermin.	-	<i>se</i> apassiv. <i>se</i> indetermin.
<b>Intransitivos e inacusativos</b>	<i>se</i> indetermin.	-	<i>se</i> indetermin.

Desse modo, Nunes procura reinterpretar os dados de Cinque para as sentenças (25-29):

- Em contextos finitos, apenas sentenças com verbos transitivos (e NP objeto no singular) são ambíguas. Como apassivador, *si* absorve papel- $\theta$  externo e Caso acusativo, o argumento interno recebendo nominativo em cadeia com o expletivo na posição sujeito. *Si* indeterminador não absorve papel- $\theta$  nem Caso, sendo ligado por um *pro* referencial na posição sujeito. Com as demais classes verbais, há apenas *si* indeterminador.
- Em contextos com controle, não há *si* indeterminador porque *pro* referencial não pode ser legitimado na posição sujeito da oração encaixada e *si* apassivador é excluído porque o NP objeto não tem como receber Caso (nominativo).
- Em contextos com alçamento, com verbos transitivos, *si* apassivador absorve papel- $\theta$  externo e Caso acusativo e o argumento interno recebe Caso nominativo em cadeia com o expletivo na posição sujeito matriz. *Si* indeterminador é ligado por um *pro* referencial que é alçado para a posição sujeito matriz (como para Nunes não há a exigência de *si* estar associado a



Agr pessoal, a relação “*pro ... si*” é legitimada). Segundo essa análise, *si* indeterminador deveria aparecer com todas as classes verbais. Entretanto, revendo os exemplos em (27), repetidos aqui em (60), apenas em (60a), com verbo transitivo, e em (60b), com verbo intransitivo, as sentenças são gramaticais. Entretanto, com verbos inacusativos, cf. (60c), são agramaticais.

- (60) a. Sembra non essersi ancora scoperto il vero colpevole.  
 ‘It seems one not to have yet discovered the true culprit.’
- b. Sembra non essersi lavorato a sufficienza.  
 ‘It seems one not to have worked sufficiently.’
- c. \*Sembra essersi arrivati troppo tardi.  
 ‘It seems one to have arrived too late.’

Seguindo a análise de Nunes, (60a) é ambígua, *si* podendo ser apassivador ou indeterminador, pois o argumento interno está no singular. Estando no plural sem concordância, há *si* indeterminador de fato, mas nesse caso a sentença é agramatical, como já foi visto com a sentença em (43a), repetida abaixo em (61):

- (61) \*Sembra/Deve essersi venduto poche automobili.  
 ‘It seems/must *si* have been sold(sing.) few cars.’

Em síntese, a análise proposta por Nunes apenas prevê corretamente a aparição de *si* indeterminador com intransitivos (60b), mas não com transitivos (61) e inacusativos (60c).

Para Nunes, de um ponto de vista exclusivamente formal, seria difícil explicar por que sua análise prevê erroneamente que *si* indeterminador poderia ocorrer em todos os contextos em (60) e (61). Entretanto, para o autor, a relação “*pro ... se/i*” não se estabelece de imediato. Como mostrado acima em (57), *se* indeterminador no PB foi permitido inicialmente com verbos transitivos,

transitivos usados intransitivamente, intransitivos para só depois aparecer com inacusativos. Nunes sugere que o mesmo processo tenha se dado nas línguas românicas com sujeito nulo, em diferentes graus, o que justificaria que, no italiano, *se* indeterminador seja possível apenas com intransitivos. Entretanto, como explicar, dentro da proposta de expansão em (57), que em contextos transitivos, *se* indeterminador seja excluído? Comparando-se (62) e (63):

- (62) \**Sembra/Deve essersi venduto poche automobili.* (indeterminador)  
 ‘It seems/must *si* have been sold(sing.) few cars.’
- (63) *Sembrano/Devono essersi vendute poche automobili.* (apassivador)  
 ‘Seem to/Must have been sold(pl.) few cars.’

Nunes (p. 144) considera que o padrão revelado acima possa “estar meramente refletindo a primazia da concordância em estruturas transitivas”. De fato, Cinque (p. 554-5) observa que as estruturas transitivas sem concordância com o objeto tanto no italiano, quanto no espanhol, representam o caso marcado, sendo possível apenas em alguns contextos e marginal em outros:

- (64) a. *Da qui, si vedono le montagne.*  
*Da qui, si vede le montagne.*  
 ‘From here *si* see(s) the mountains.’
- b. *In questo negozio, non si fanno mai sconti.*  
 ??*In questo negozio, non si fa mai sconti.*  
 ‘In this shop, *si* never makes discounts.’

Assim, Nunes (p. 145) sugere que a sentença (62) “é asteriscada não por princípios gramaticais, mas pelo seu relacionamento com outras propriedades do italiano, como a preferência pela concordância verbal”. E conclui que:

*Essa provável expansão de si indeterminador em construções com alçamento pode ter sido simultânea à expansão em construções simples, ou ter começado posteriormente. [...] Tais especulações, entretanto, somente podem ser aclaradas mediante, por exemplo, uma análise da variação (sincrônica e diacrônica) da concordância em estruturas como (71, 72, 74, 75). [Aqui (62, 63, 64)] (p. 145-6)*

### 2.3 Avaliando as análises

As análises de Cinque e Nunes apresentam algumas características em comum. Ambas consideram a existência de dois tipos de *se* impessoal, um argumental e o outro não-argumental, com representações estruturais praticamente iguais para cada tipo de *se*, como mostra as estruturas arbóreas de Cinque em (32) e os exemplos de Nunes em (57). Contudo, há duas distinções relevantes. A primeira diz respeito à relação entre *si* [-arg] e Agr pessoal presente em Cinque mas não em Nunes, o que resulta nas diferentes distribuições de *si* no quadro em (33) e *se* no quadro em (59). A segunda trata da omissão em Nunes da relação entre a distribuição de *se* impessoal e sua interpretação quasi-universal e quasi-existencial.

A relação entre Agr pessoal, nos termos propostos por Cinque, e *si* [-arg] será fundamental para a análise das construções impessoais sem *se* no PB a ser realizada no próximo capítulo. Lá, ficará evidente que o enfraquecimento da concordância está diretamente relacionado com o desaparecimento do *se* nos contextos finitos. Por outro lado, se se considerar, na análise de Nunes, que o *pro* “referencial” (ver nota 10 associado a *se* indeterminador é necessariamente referencial (nos termos do capítulo 1), também será possível explicar por que *se* indeterminador está desaparecendo.

Quanto à questão da distribuição de *si* [-arg] e *se* indeterminador, como ela é apenas mais problemática com os verbos de alçamento, contexto sintático que foge ao escopo de análise desta dissertação, procurar-se-á aqui não opinar com relação a esse problema, mesmo porque não se tem dados do italiano para julgar o quão consistente é a hipótese proposta por Nunes de que *si* indeterminador, nesses contextos, possa estar em meio a um processo de expansão no italiano, tal qual ocorreu no PB, como mostrado acima.

Já as diferentes interpretações de *si* no italiano, dependendo do aspecto verbal e grade- $\theta$  do verbo, fator não levantado por Nunes, apresentam um ponto crucial para a análise das construções impessoais sem *se* no PB, como ficará evidente no próximo capítulo. A distinção entre as interpretações impessoal e genérica é de fato muito importante, sendo citada por outros autores, como Cardinaletti & Starke (1994, seq. 2.5) e Raposo & Uriagereka (1996). Estes últimos, analisando construções com *se* impessoal no PE, escrevem o seguinte com relação às frases em (65) e (66):

- (65) a. Ontem compraram-se **demasiadas salsichas** no talho Sanzot.  
 b. **Essas salsichas** compraram-se ontem no talho Sanzot.  
 ‘Yesterday someone or other bought ...’
- (66) Compra-se sempre **demasiadas salsichas** no talho Sanzot.  
 ‘One (people) always buy...’

*É aparente a partir das glosas que nós damos para cada tipo de exemplo que significados diferentes (e presumivelmente processos sintáticos diferentes) estão em jogo em cada exemplo. Em (1) [(65)] a interpretação do sujeito subentendido é aquela de um indefinido (possui uma leitura quasi-existencial nos termos de Cinque 1988), enquanto que a interpretação do sujeito subentendido em (2) [(66)] é aquela de um*

*protótipo (possui uma leitura quasi-universal nos termos de Cinque 1988). (p. 2, minha tradução)*

*Isso explica por que a construção com concordância é mais compatível com advérbios de tempo específico como ontem, enquanto que a construção sem concordância é mais compatível com advérbios genéricos como sempre. Além disso, o sujeito subentendido da construção com concordância pode ser satisfeito por um único indivíduo, enquanto isso é impossível com a construção sem concordância: assim (1) pode ser normalmente seguida de uma oração como deve ter sido o Nestor, embora uma continuação similar para (2) (deve ser o João) seja impossível. [...] Em ambos os exemplos, o sujeito deve ser do tipo do falante ou ouvinte (ou seja, com a propriedade 'humano') com propriedades semânticas adicionais determinadas contextualmente. (nota 2, minha tradução)*

*Nós chamaremos (1) [(65)] de 'construção com SE indefinido' e (2) [(66)] de 'construção com SE genérico' [...]. Se indefinido possui todas as propriedades de se/si argumental, cf. Cinque, enquanto se genérico apresenta as propriedades de se/si não-argumental. (p. 2, minha tradução)*

Pelos exemplos em Nunes, as construções com *se* apassivador (*se* argumental) podem aparecer em contextos não só específicos, mas também genéricos: “*Vendem-se casas*”. Entretanto, isso não invalida a análise de Cinque, pois R&U escrevem que *se* indefinido (*se* argumental), é *mais compatível* e não *apenas compatível* com a interpretação específica. Além disso, é interessante acrescentar que, embora Nunes não assuma a relevância da distinção interpretativa entre os *se* apassivador e indeterminador, praticamente em todos os seus exemplos com *se* indeterminador (não-argumental) o tempo do verbo está no presente, o que parece mostrar que as diferentes interpretações apontadas por Cinque, resumidas

em (38) e referendadas por R&U, como foi mostrado acima, são de fato relevantes e podem ser adotadas também para o PB.

No próximo capítulo, *se* [+arg] e *se* apassivador, de um lado, e *se* [-arg] e *se* indeterminador, do outro, serão considerados sinônimos, a menos que alguma distinção entre as propostas de Cinque e Nunes seja de fato importante para a análise a ser apresentada. Também ficará claro por que os contrastes interpretativos acima são essenciais para a análise de construções impessoais no PB. Já a associação de *se* [-arg] com *Agr pessoal* (cf. Cinque) também será de grande importância para justificar o seu desaparecimento em contextos finitos.

## *Capítulo 3*

# *Construções arbitrárias de 3<sup>a</sup> pessoa do singular sem se*

### *Introdução*

Neste capítulo, são apresentadas algumas características das construções arbitrárias de 3<sup>a</sup> pessoa do singular sem *se* no PB. São investigadas a sua origem e a relação entre o desaparecimento de *se* impessoal e o “enfraquecimento” da concordância verbal. Com respeito a essas construções, também são levantadas algumas restrições relacionadas ao aspecto verbal, estrutura do verbo e restrições de escopo sobre o sujeito. Em seguida, é proposta uma análise para essas construções, baseada no referencial teórico de Kato (1999).

O capítulo está organizado da seguinte maneira. Na seção 3.1 são apresentadas as características das construções impessoais sem *se*. Já a seção 3.2 traz uma síntese da análise de Kato (1999) para os pronominais no PB, destacando a inclusão do morfema de concordância como um pronome fraco, junto com as formas fracas livres e os sujeitos clíticos. Na 3.3 há a análise das características das construções genéricas sem *se*, a partir da análise proposta em Kato (1999) e das características das construções com *se* apontadas em 3.1. Também é analisada a relação entre *se* indeterminador/[-arg] e concordância “forte”.

### 3.1 Caracterização e questões

#### 3.1.1 Sobre o surgimento das construções arbitrárias de 3ª pessoa do singular sem se (C3PSSS)

Galves (1987) mostra que a 3ª pessoa do singular no PB em sentenças finitas pode apresentar referência indeterminada:

(67) Nos dias de hoje, não usa mais saia.

Nunes (1990:seç. II.4) sugere duas possíveis fontes para essa inovação gramatical<sup>1</sup>:

- construções indeterminadas pela marca de concordância de 3ª pessoa do plural, como mostra (68). Essa hipótese estaria relacionada com a perda de concordância em alguns dialetos no Brasil: “*eles canta*”:

(68) Nos dias de hoje, não usam mais saia.

- construções com *se* indeterminador/[-arg], cf. (69). Já essa alternativa estaria associada ao desaparecimento de clíticos no PB.

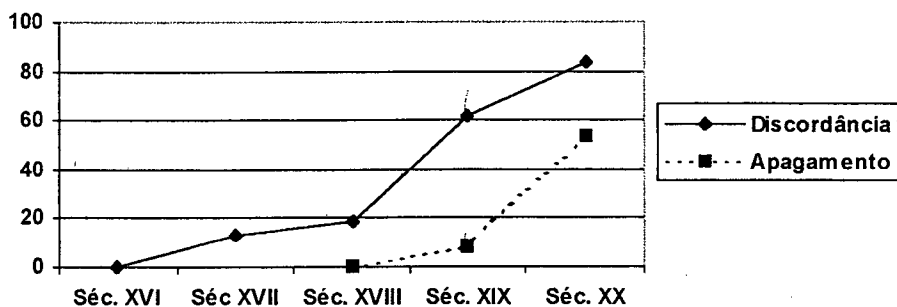
(69) Nos dias de hoje, não se usa mais saia.

Nunes aponta como argumento para a escolha dentre as duas alternativas a possibilidade de inclusão do enunciador em construções como (68) e (69). Segundo ele, como em (67) o locutor pode eventualmente estar incluído e apenas em (69) isso também é possível, somente a construção com *se* indeterminador/[-

<sup>1</sup> A hipótese de construções com *se* apassivador/[+arg] como fonte da inovação é descartada pelo autor, pois, nesse caso, com a elisão de *se*, *pro*<sub>expt</sub> não poderia absorver o papel- $\theta$  externo. Nunes acrescenta outro argumento contra essa hipótese com base em seus dados diacrônicos, ver gráfico II abaixo.



arg] pode ser analisada como fonte das C3PSSS. Além disso, os dados diacrônicos do autor indicam que a nova mudança teve início no século XIX, quando as ocorrências com *se* indeterminador/[-arg] (sem concordância com o NP objeto) superaram as com *se* passivador/[+arg], como mostra o gráfico a seguir.



**Gráfico II: Porcentagem de construções com *se* impessoal com discordância verbal entre o verbo e o objeto interno e apagamento de *se* em finitas não-coordenadas<sup>2</sup> (Nunes 1990:111)**

### 3.1.2 A 3ª pessoa do singular no PB vs. PE

Para explicar o contraste entre (70) e (71), sentenças finitas do português europeu (PE) e brasileiro (PB), respectivamente, Galves (p. 36-7) leva em conta as diferenças entre as maneiras de expressar determinação e indeterminação em ambos os sistemas lingüísticos.

- (70) a. Nos dias de hoje, não usa mais saia. (PE)  
 b. Nos dias de hoje, não se usa mais saia.
- (71) a. Nos dias de hoje, ela não usa mais saia. (PB)  
 b. Nos dias de hoje, não usa mais saia.

No PE, o sujeito nulo recebe interpretação determinada (70a) e a indeterminação é dada pela inserção do *se* (70b). Já no PB, o pronome lexical *ela* é quem garante a interpretação definida (71a), ao passo que o sujeito nulo, nesse caso, recebe interpretação indefinida (71b).

Para Galves, como foi visto no capítulo 1, em sentenças finitas do PB, a flexão de 3ª pessoa é defectiva em relação ao traço [+pessoa], elemento que assegura a interpretação determinada do sujeito nulo. Isso faz com que a interpretação da categoria vazia seja de indeterminação ou de controle referencial por um antecedente no discurso. Desse modo, Galves conclui que no PE apenas a marca de pessoa na concordância garante a interpretação definida do sujeito nulo. Já no PB, salvo contextos pergunta-resposta, é o pronome lexical quem restabelece os traços pronominais, passando a desempenhar a função que a concordância exerce em PE e garantindo assim a interpretação definida<sup>3</sup>.

A relação entre a flexão verbal e a presença de *se* impessoal, provavelmente [-arg]/indeterminador, apontada por Galves acima, corrobora a análise de Cinque segundo a qual *si* [-arg] está associado à Agr pessoal<sup>4</sup> (cf. capítulo 2). Portanto, se no PB Agr de fato é defectivo em relação ao traço [+pessoa], espera-se que, acompanhada de uma redução na realização de sujeitos nulos referenciais, há uma redução no emprego de *se* impessoal ([-arg]/indeterminador).

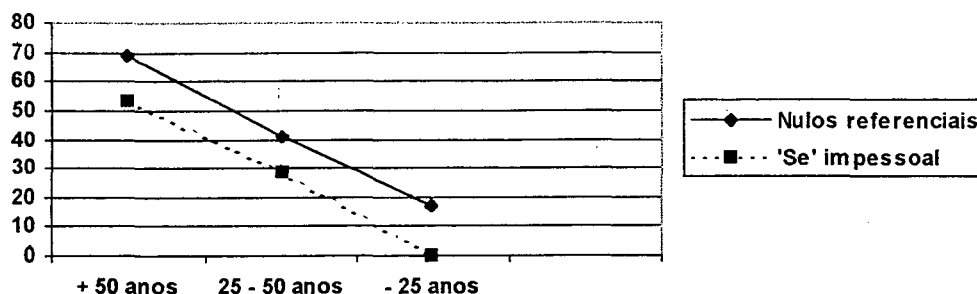
O gráfico abaixo mostra a relação entre o percentual de ocorrências de construções com o clítico *se* impessoal e o percentual de sujeitos nulos

<sup>2</sup> Foram excluídas sentenças coordenadas sem *se* que vinham antecedidas por uma oração com *se*.

<sup>3</sup> Galves (1987) constata uma situação inversa em sentenças infinitivas: no PB a 3ª pessoa do singular não é defectiva com relação ao traço [pessoa], permitindo *se*: “É impossível *se* achar lugar aqui.” Já no PE, a 3ª pessoa é defectiva, o que impede o aparecimento de *se*. Contudo, exemplos encontrados em Cinque (1988: seq. 2.2) mostram que Agr em infinitivas no PE é pessoal, permitindo *se* [-arg].

<sup>4</sup> Com foi visto no capítulo 2, para Nunes, *se* indeterminador está necessariamente associado a um *pro* “referencial”. Se “referencial” significa *referencial*, cf. capítulo 1 e Rizzi (1986), a análise de

referenciais específicos (de 3ª pessoa), por faixa etária, na fala espontânea de florianopolitanos:



**Gráfico III: Correlação entre a porcentagem de nulos pronominais referenciais definidos de 3ª pessoa e as ocorrências do clítico *se* impessoal, em contextos finitos, por faixa etária, na fala espontânea de florianopolitanos (Gonçalves 1998)**

O gráfico acima corrobora a hipótese de que o desaparecimento de *se* impessoal no PB está intrinsecamente ligado ao “enfraquecimento” da concordância. Duarte (1995) também mostra que, na fala espontânea, em contextos finitos, o clítico *se* de sentenças arbitrárias não existe mais nos dados de entrevistados mais jovens (25 a 32 anos em 1992 no Rio de Janeiro, cf. Duarte 1995; 18 a 25 anos em 1994 em Florianópolis, cf. Gonçalves 1998).

### 3.1.3 Características das C3PSSS

Adotando a hipótese de que as C3PSSS tenham se originado nas construções de *se* [-arg]/indeterminador e estejam substituindo essas construções, há restrições que impedem uma total substituição de uma estrutura pela outra. Como os dados mostram que o *se* impessoal está desaparecendo, especula-se aqui

---

Nunes consegue explicar por que *se* está desaparecendo, uma vez que a flexão verbal no PB não pode mais identificar *pros* referenciais.

que, em certos contextos, onde a 3ª pessoa do singular nula indeterminada é impossível ou marginal, outras formas de indeterminação são encontradas, como o uso de NPs arbitrários plenos como *você, a gente* etc.

Nessa seção, portanto, procura-se investigar alguns condicionadores das C3PSSS. Uma análise preliminar dos dados em Gonçalves (*op. cit.*) e de testes realizados com informantes mostrou que há pelo menos três condicionamentos: aspecto verbal, estrutura temática de verbo e restrição de escopo sobre o sujeito.

Para a discussão dessas restrições, convém relembrar as diferentes propriedades de sujeitos indefinidos e genéricos elencadas no capítulo 2:

- (72)
- a. Sujeitos indefinidos são quantificados *existencialmente* e genéricos, *universalmente*.
  - b. A leitura indefinida *requer* referência *específica* de tempo, sendo *incompatível* com contextos que suspendem essa especificidade. A genérica *não permite* referência *específica*, mas é *compatível* com contextos suspendendo a especificidade.
  - c. Sujeitos indefinidos *devem* ser profundos (receber papel- $\theta$  em DS), genéricos não apresentam essa restrição.
  - d. Na referência de sujeitos indefinidos, o falante *não pode* ser incluído; na de sujeitos genéricos, *pode*.

### 3.1.3.1 Aspecto verbal

A hipótese inicial foi a de que as C3PSSS pudessem aparecer em contextos cuja referência de tempo fosse apenas genérica. Como indício para essa possibilidade, tinha-se em mente que *se* indeterminador, sendo não-argumental,

pode apresentar interpretação genérica, mas não indefinida, cf. (72c), como mostra (73)<sup>5</sup>:

- (73) a. Naquela cidade, não se usa mais saia.  
 b. \*Ontem à tarde se comeu o bolo: foi a Maria  
 c. \*Ontem à tarde se telefonou pra ti: foi a tua mãe.  
 d. \*Ontem à tarde se caiu do ônibus: foi o João.

A interpretação indefinida parece só existir com sujeitos nulos de 3ª pessoa do plural e com sujeitos não-inacusativos, como mostra (74):

- (74) a. Ontem à tarde comeram o bolo: foi a Maria.  
 b. Ontem à tarde telefonaram pra ti: foi a tua mãe.  
 c. ?\*Ontem à tarde morreram do ônibus: foi o João.

De fato, os exemplos a seguir mostram que as C3PSSS só são gramaticais em contextos genéricos, ou seja, quando a referência temporal não é específica:

- (75) Naquela cidade, não usa mais saia.  
 (76) \*Ontem à tarde telefonou pra ti: foi a tua mãe.<sup>6</sup>

Com base nos dados acima, conclui-se que, por terem se originado a partir de frases com *se* indeterminador/[*-arg*], incompatíveis com contextos

<sup>5</sup> Há contextos com o pretérito perfeito em que é possível construções com *se* (exemplos de C. Mioto):

- (i) A partir desse verão usou saia.  
 (ii) Já consertou o buraco na estrada.

Em ambos os exemplos, contudo, o aspecto verbal **não** é específico. Como indicio para essa análise tem-se o presente perfeito em inglês, tempo verbal empregado em contextos com 'a partir de' (*since*) e 'já' (*already*), cf. (i) e (ii) acima; porém incompatível com referência específica de tempo. Isso leva a crer que a questão de fato é **aspectual** e não temporal.

<sup>6</sup> Segundo informantes, a frase "*Aqui vendeu peixe ontem.*" é possível, desde que a especificidade temporal veiculada pelo advérbio *ontem* seja suspensa: *ontem das 8 às 20 horas*. Importante que,

específicos, as C3PSSS só são possíveis em contextos genéricos, mas não específicos, estes últimos sendo possíveis com a 3ª pessoa do plural<sup>7</sup>.

Assim, pode-se estabelecer a primeira característica das C3PSSS:

- (77) **Característica C1 (versão provisória): C3PSSS só são compatíveis com contextos aspecto-temporais genéricos.**

### 3.1.3.2 Estrutura temática do verbo

Segundo (72c), sujeitos genéricos não apresentam restrições temáticas, i.e., podem ocorrer com qualquer verbo. Os exemplos a seguir mostram que isso não é verdade para as C3PSS:

- *Verbos transitivos*: Geralmente com esses verbos as sentenças são gramaticais:

- (78) a. Aqui vende sapato.  
 b. Nesse lugar usa brinco no umbigo.  
 c. No shopping, almoça antes do meio-dia.  
 d. Nessa biblioteca lê muito livro.

- *Verbos intransitivos*: Com esses verbos, as sentenças já começam a ter problemas de aceitabilidade, tornando-se agramaticais com intransitivos legítimos:

- (79) a. ??Aqui telefona a toda hora.  
 b. ?Aqui trabalha até tarde.  
 c. \*Aqui tosse muito no inverno.

---

nesse caso, a interpretação é genérica. Mas veja nota 10, que trata de uma segunda interpretação para essa frase.

- *Verbos inacusativos*: nesse caso as construções geralmente são marginais ou agramaticais, mas são gramaticais com *poder* ou *precisar*:

- (80)
- \*Aqui chega tarde no serviço.
  - ??Aqui morre de enfarto depois do cinquenta.
  - ??Aqui é bem-vindo.
  - \*Aqui é preso por assassinato.
  - Pode fumar aqui?
  - Precisa comprar caneta pra essa mesa.

Ressalta-se aqui que os julgamentos de gramaticalidade dos informantes<sup>8</sup> não foram nada unânimes, em alguns casos até contraditórios. Isso mostra que estamos em meio a um processo de mudança em que formas conservadoras – com *se* – e inovadoras – sem *se* – convivem, provavelmente em competição. Desse modo, pelos dados acima, C3PSSS são gramaticais com verbos transitivos (mas não com todos), apresentam problemas de aceitabilidade com intransitivos, sendo marginais ou agramaticais com inacusativos. Observa-se que essa escala equivale à seqüência relatada em Nunes (1990) para a expansão *se* indeterminador, como resenhado no capítulo anterior em (57), repetido em (81):

- (81)
- verbos transitivos usados intransitivamente: *Come-se muito no inverno.*
  - verbos intransitivos: *Trabalha-se bastante nesse lugar.*
  - verbos transitivos preposicionados: *Precisa-se de empregados.*
  - verbos ergativos: *Chegou-se tarde à reunião.*
  - verbos de ligação: *É-se feliz quando se é jovem.*
  - verbos em construções passivas perifrásticas: *Aqui se é visto por todos.*

<sup>7</sup> A 3ª pessoa do plural também pode ter interpretação genérica: “*Vendem CD no shopping.*”

<sup>8</sup> Parece que a norma culta influencia e muito no julgamento. Alguns informantes, diante no exemplo “*Aqui usa saia.*” reagiram com: “Mas isso é errado, não é?” Além da influência normativa, as divergências de julgamento, provavelmente, são justificadas devido à rapidez da mudança das construções impessoais com *se* para as sem *se*, associadas à redução de nulos referenciais específicos de 3ª pessoa, cf. gráfico III acima.

Especula-se, então, que as C3PSSS atualmente, tal como ocorreu com *se* indeterminador, estão em expansão, sendo possíveis em boa parte dos contextos transitivos, mas apresentando divergências de aceitabilidade com intransitivos e sendo até mesmo excluídas com outros tipos de verbos (inacusativos em geral).

Com base na exposição acima, pode-se enunciar a segunda característica das C3PSSS assim:

- (82) **Característica C2: No estágio atual, C3PSSS são possíveis com (muitos) verbos transitivos, mas são marginais ou até mesmo agramaticais com os demais tipos de verbo.**

### 3.1.3.3 Restrição de escopo sobre o sujeito

Cardinaletti & Starke (1994: seq 2.5) acrescentam uma outra distinção com respeito aos sujeitos genéricos e impessoais. Segundo eles, impessoais *proíbem* ao passo que genéricos *requerem* uma restrição de escopo (*range-restriction*) sobre o sujeito. Essa restrição pode se originar:

- de um NP deslocado:

- (83) Os ambulantes, eles sempre me vendem coisas quebradas.

- de um adverbial:

- (84) Em Nova York, você<sub>arb</sub> pode comprar de tudo.

- do conteúdo lexical do próprio genérico:



(85) Cenoura<sup>9</sup> faz bem pra vista.

De acordo com esses autores, portanto, nas C3PSSS, compatíveis com contextos genéricos (cf. C1), a restrição de escopo sobre o sujeito deve ser, portanto, obrigatória. Intuitivamente, essa restrição parece ser procedente: para que ocorra uma quantificação similar à universal, de fato deve haver uma delimitação do conjunto sobre o qual a quantificação irá incidir.

Nas sentenças analisadas, embora a restrição seja dada algumas vezes pragmaticamente, a presença de um adverbial – geralmente *aqui*<sup>10</sup>, *ali*, *nesse lugar*, *nos dias de hoje* – restringindo o escopo sobre o sujeito nulo genérico é, em alguns casos, essencial para os julgamentos de gramaticalidade das sentenças. Compare:

(86) \*Usa saia.

(87) Aqui usa saia.

Assim, como a restrição de escopo sobre o sujeito está diretamente relacionada com C1, esta pode ser rescrita da seguinte maneira:

(88) **Característica C1 (versão definitiva): C3PSSS só são compatíveis com contextos aspecto-temporais genéricos e, portanto, apresentam restrição de escopo sobre o sujeito.**

<sup>9</sup> No PB atual, a forma adotada pelos DPs com interpretação genérica é, geralmente, a de um singular nu (*bare*), diferentemente do inglês, espanhol e italiano, que adotam um plural nu.

<sup>10</sup> De acordo com alguns informantes, em alguns casos *aqui* pode ser interpretado como um **sujeito** referencial definido [- animado], como em “*Aqui vende CD.*” com a interpretação ‘Esse lugar vende CD’. Uma explicação para essa possibilidade de interpretação está em Pontes (1987), segundo a qual, no PB, como no chinês, adjuntos adverbiais são topicalizados sem a preposição. Escreve Pontes (p. 35): “Como o tópico está na posição inicial da oração ele se confunde com um sujeito e a ordem da frase dá a aparência perfeita de uma ordem SVO”. Uma prova disso seria a concordância do verbo com o tópico e não com o sujeito posposto (exemplos de Pontes):

(i) Esse carro cabe(\*m) 60 litros de gasolina.

(ii) Essas casas batem sol.

Contudo, outras restrições devem reger essa possibilidade interpretativa, pois uma frase como “*Aqui usa saia.*” parece não poder ser interpretada como ‘Esse lugar usa saia’.

Resumindo, foi observado que as C3PSSS provavelmente surgiram a partir das construções com *se* indeterminador, devido ao enfraquecimento da concordância verbal no PB. Entretanto, essas novas construções não substituem integralmente aquelas com *se*. Com a ausência deste, torna-se essencial a presença efetiva de elementos associados à interpretação genérica, tais como a restrição de escopo sobre o sujeito (*aqui, nos dias de hoje*), combinado com aspecto não específico e, quando presente, o objeto direto geralmente apresentando interpretação também genérica, lembrando que, no PB, DPs genéricos adotam a estrutura de um singular nu (cf. nota 9). Dessa maneira, nessa seção procurou-se determinar quais as características das C3PSSS. Foram destacadas as seguintes:

- **C1: C3PSSS só são compatíveis com contextos aspecto-temporais genéricos e, portanto, apresentam restrição de escopo sobre o sujeito.**
- **C2: No estágio atual, C3PSSS são possíveis com (muitos) verbos transitivos, mas são marginais ou até mesmo agramaticais com os demais tipos de verbo.**

Nas seções seguintes, será apresentada uma análise formal para essas construções. Inicialmente, em 3.2, será feita uma resenha da proposta de Kato (1999) para a análise de pronominais. 3.3 traz uma proposta de análise para as características das C3PSSS, a partir do fundamento teórico apresentado em 3.2.

### **3.2 Pronominais fortes e “deficientes”**

#### **3.2.1 Introdução**

Kato (1999) apresenta uma análise inovadora de línguas de sujeito nulo, utilizando premissas encontradas no Programa Minimalista (cf. Chomsky 1995). Os pressupostos empíricos e teóricos de seu estudo serão resenhados nesta seção.

Partindo de questões como:

- Qual é a relação entre morfologia de concordância rica e os valores ( $\pm$ ) do sujeito nulo?
- Qual é o estatuto da categoria funcional Agr?

Kato (*op. cit.*:2-3) propõe que línguas com sujeito nulo (NSLs) possuem morfema de concordância Agr [+pronominal] e línguas sem sujeito nulo, Agr [-pronominal]. Agr [+pronominal] é entendido como gramaticalização/incorporação de pronomes pessoais na flexão verbal, encontrando-se em distribuição complementar/competição com pronomes fracos e sujeitos clíticos. Segundo a autora, as línguas podem ter um paradigma uniforme com Agr [+pron.], como o espanhol, ou um paradigma irregular, como o hebreu. Analisando-se formalmente, Agr [+pron.] é um item lexical independente na numeração, ao passo que Agr [-pron.] é parte do verbo. AGR [+pron.] é uma categoria D, como pronomes fracos e clíticos, podendo receber papel- $\theta$ , tendo Caso e traços- $\phi$ . Como Agr [+pron.] pode checar os traços de D e Caso de T, [spec, T] não é projetado, i. e., *pro* não existe como uma categoria D<sup>11</sup>.

### 3.2.2 *Sujeitos nulos e “riqueza” da concordância verbal*

No capítulo 1 já foi visto que a relação entre o licenciamento do sujeito nulo e a “riqueza” morfológica do paradigma verbal nem sempre é tão estreita. Foi visto que no PB, embora tenha ocorrido uma erosão do paradigma, impedindo o licenciamento de nulos referenciais, ainda há contextos em que os sujeitos nulos podem ser encontrados, como os expletivos, os anafóricos e os impessoais.

<sup>11</sup> Embora Kato (1999:3, nota 4) afirme que *pro* não existe como uma categoria D, ela assume que há uma *c.v.* pronominal para N(omes) em contextos elípticos nos quais D aparece sozinho: “*Maria comprou o vestido azul e Ana o c.v. vermelho*”.

Sigurðsson (1994), citado por Kato, mostra mais um exemplo que desafia a hipótese de Agr rico: o islandês. Nessa língua, apesar de não haver alterações no paradigma verbal, *pros* em contextos correferenciais deixaram de existir, retendo-se apenas tópico-*drop* e *pro* não referencial. Veja o paradigma dos verbos *leita* (procurar), *segja* (dizer) e *sjá* (ver):

(89)

N	P	Islandês Antigo			Islandês Moderno		
S	1 <sup>a</sup>	leita	segi	sé	leita	segi	sé
S	2 <sup>a</sup>	leitar	segir	sér	leitar	segir	sér
S	3 <sup>a</sup>	leitar	segir	sér	leitar	segir	sér
P	1 <sup>a</sup>	leitum	segjum	sjáum	leitum	segjum	sjáum
P	2 <sup>a</sup>	leitit	segit	sjáit	leitið	segið	sjáið
P	3 <sup>a</sup>	leita	segja	sjá	leita	segjá	sjá

Para analisar o fenômeno acima, o autor faz um pequena tipologia dos diferentes tipos de argumentos nulos:

- Tópico-*drop*: sentenças raízes do alemão e de outras línguas V2;
- Semi-*pro-drop*: apenas com sujeitos não argumentais;
- *Pro-drop* controlado: sujeitos de sentenças encaixadas coindexados a um NP *c*-comandante (Agr anafórico, cf. Borer 1989);
- *Pro-drop* genuíno: coindexação livre com qualquer NP precedente no discurso;
- *Pro* identificado por Agr.

Para Sigurðsson, o islandês antigo já não permitia a identificação de sujeitos nulos referenciais pela concordância, classificando esse elemento como [-pron.], i.e., sem traços- $\phi$  próprios, os quais só poderiam ser atribuídos a *pro* pelo seu atribuidor de Caso. Desse modo, o autor conclui que haveria três possibilidades de identificação de *pro* referencial, por coindexação de *pro* com:

- seu licenciador Agr sse Agr for [+pron.] (italiano);
- um NP c-comandante (chinês, *pro* de 3ª pessoa em hebreu);
- um NP precedente no discurso (islandês antigo).

Kato aponta algumas similaridades entre o islandês antigo e o PB: ambos não apresentam sujeitos nulos de 1ª e 2ª pessoa, embora exista 3ª pessoa anafórica. Além disso, a 2ª e 3ª pessoa possuem a mesma forma.

### 3.2.3 Concordância pronominal como gramaticalização de traços de pessoa

Como visto no capítulo 1, para Galves (1993), se a marca de concordância verbal é distinta para as diferentes pessoas, então Agr é [+pessoa]; se distingue singular e plural é [+número]. Línguas germânicas podem apresentar expletivos nulos, uma vez que recuperam apenas traços de número (cf. Rizzi 1986, ver também seção 1). Entretanto, o alemão, por exemplo, apresenta formas distintas para cada pessoa (do singular).

(90)

Número	Pes	spazieren ( <i>andar</i> em alemão)	
Singular	1 <sup>a</sup>	ich	spazier(e)
Singular	2 <sup>a</sup>	du	spazierst
Singular	3 <sup>a</sup>	er/sie	spaziert
Plural	1 <sup>a</sup>	wir	spazieren
Plural	2 <sup>a</sup>	ihr	spaziert
Plural	3 <sup>a</sup>	sie	spazieren

Uma solução para esse problema é apresentada por Kato (p. 7-8), que utiliza uma análise de Givón (1976), segundo a qual *concordância é a gramaticalização do pronome sujeito*. Para a autora, “a gramaticalização estaria refletida em línguas com Agr [+pron.] em relação parcial de homonímia [não uniforme] de Agr com seus pronomes nominativos”: yo habl-o; ella habl-a; tu

habl-aste. Kato observa que os morfemas do paradigma verbal de línguas germânicas não apresentam nenhuma similaridade fonológica com os pronomes nominativos. Por outro lado, as pessoas do plural apresentam homonímia com a marca morfológica de plural dos substantivos: Herr – Herren; Tisch – Tischen. Desse modo, segundo Kato (p. 8), “a hipótese de concordância rica pode ser refinada em termos de incorporação/gramaticalização opaca de traços de pessoa”.

### 3.2.4 Posição estrutural de pronomes fortes e “deficientes”

Cardinaletti & Starke (1994) apresentam dois tipos de pronominais: fortes (com domínio em CP) e “deficientes”, podendo ser fracos (com domínio em  $\Sigma$ P) e clíticos (com domínio em IP).

- *Pronomes Fortes*: Os pronomes fortes nunca são interpretados como tendo um referente [-animado], podendo ser coordenados e acompanhados por modificadores, além de permitir acento contrastivo; no entanto, não podem sofrer redução.
- *Pronomes “deficientes”*: Já os pronomes fracos e clíticos, considerados “deficientes”, podem ter referentes inanimados, não podem ser coordenados, modificados, nem receber acento contrastivo, mas sofrem redução.

Kato segue a análise de Everett (1993), que inclui os afixos de concordância no leque de pronominais. Segundo ele, pronomes, clíticos e afixos de concordância estão em relação *alomórfica*, aparecendo em *distribuição complementar*. O que existe no léxico são apenas traços- $\phi$ , seus *carries* morfológicos sendo inseridos em Spell-Out. Para Kato, os pronomes podem ser fortes e fracos, estes últimos sendo livres, clíticos ou afixos pronominais de concordância quando [+pronominais]. Além disso, a autora considera que as línguas privilegiam apenas um tipo de forma fraca; entretanto, em alguns casos mais de uma forma fraca pode aparecer em distribuição complementar em uma mesma língua (p. ex. o hebreu). Para Kato, então, todas as línguas possuem

pronomes fortes (dêiticos por natureza), enquanto pronomes fracos ou clíticos (dependentes referencialmente) aparecem em línguas sem Agr [+pron.].

Kato (p. 10) acrescenta que os pronomes fortes podem duplicar qualquer forma fraca: pronomes fracos, clíticos ou mesmo afixos de concordância [+pron.]. Dessa forma, duplicação em línguas de sujeito nulo não é um fenômeno envolvendo *pro*, mas o próprio afixo de concordância.

Os exemplos a seguir, retirados de Kato (*op. cit.*), mostram a duplicação do sujeito em NSLs e não-NSLs: em francês o pronome forte apresenta a forma dativa, no inglês, acusativo e em NSLs como o espanhol, a forma é nominativa. Já as formas fracas nos dois primeiros casos são pronomes livres, ao passo que no espanhol é o morfema de concordância [+pron.]:

- (91) a. MOI, je l'ai vu hier.  
       MOI, je ...  
       b. ME, I saw him yesterday.  
       ME, I ...  
       c. YO, lo vi ayer.  
       YO<sub>i</sub>, V + Agr<sub>i</sub>

Com base nos dados acima, Kato (seç. 3.2) reinterpreta o Princípio “Evite Pronome”, apresentado em Chomsky (1981), um princípio gramatical que regeria apenas NSLs. Para a autora, entretanto, o princípio poderia ser aplicado tanto em NSLs quanto não-NSL se afetasse apenas pronomes *fortes*. Formas fracas – livres, morfemas de concordância ou sujeitos clíticos – seriam sempre obrigatórios. Veja os exemplos (extraídos de Kato) em (92):

- (92) a. (LEI) parla Tagalog.  
       b. Parla Tagalog.  
       c. (HIM,) *he* speaks Tagalog.  
       d. *He* speaks Tagalog.

3.2.5 Evidências diacrônicas da perda de sujeito nulo  
e a emergência de pronomes fracos

Kato mostra evidências empíricas de que a perda de Agr [+pron.] está relacionada com a emergência de pronominais fracos na posição sujeito de línguas como o francês antigo e o PB moderno.

Segundo Dufresne & Dupuis (1996), citados por Kato, pronomes pessoais no francês antigo eram gerados como DPs plenos, podendo aparecer separados do verbo por outros elementos e junto a DPs plenos, cf. (93), ambas as situações impossíveis no francês moderno, em que pronomes são D puros.

- (93) a. ELLE colpes non avet.  
she sinned never had
- b. JE meisme cil Yvain sui.  
I myself this Yvain am

A partir do final do século XV, o pronome passou a estar sempre adjacente ao verbo, podendo haver duplicação. Além disso, o pronome nominativo forte *jou* foi substituído pelo pronome fraco *je*, como mostram os exemplos de Foulet (extraídos de Roberts 1993):

- (94) a. Renars respond: “Jou, je n’irai.”  
R answers I I won’t go
- b. Et jou je cuit ...  
And I I believe

No francês antigo, os pronomes fortes dativos ocorrem em deslocamento à direita, enquanto que os nominativos fortes ocorrem à esquerda (no francês moderno, a



forma dativa generaliza-se como a forma forte em ambos os lados). Kato cita exemplos de Moignet *apud* Dufresne & Dupuis (1996):

- (95) a. Et lors en irons moi et vos après le chevalier.  
And then shall go me and you after the horseman
- b. Dist li rois à Boort qu' il venist a court, lui et sa  
Said the king to Boort that he should come to court, him and his  
compaignie.  
courtship.

Para Kato, quando pronomes nominativos fortes co-existiam com Agr [+pron.] no francês antigo, o sujeito nulo era possível. Para o que ocorreu em seguida, a autora propõe duas hipóteses:

- Assim que um paradigma de formas nominativas fracas quasi-homófonas apareceu, Agr cessou de ser [+pron.]; ou
- Quando Agr deixou de ser [+pron.], um paradigma de formas fracas foi criado.

Em ambos os casos, as conseqüências seriam as mesmas: o sujeito nulo desapareceu e a forma dativa apoderou-se da função dos pronomes fortes.

Seja qual for a hipótese escolhida, ambas sugerem que Agr [+pron.] e pronomes sujeitos fracos estão em distribuição complementar, podendo co-ocorrer com pronomes fortes.

Já o PB moderno, segundo Kato, possui duplicação de pronomes sujeitos, com formas fortes e fracas exibindo formas quasi-homófonas, cf. (96):

(96)

Pes Número Gênero	Forte	Fraco
1 <sup>a</sup> singular	[ew]	[o]
2 <sup>a</sup> singular	[vose']	[se]
3 <sup>a</sup> singular masculino	[e'li]	[el]
3 <sup>a</sup> singular feminino	[ɛ'la]	[el]
3 <sup>a</sup> plural masculino	[e'lis]	[ez]

Kato mostra também exemplos de duplicação do sujeito no PB:

- (97)
- a. Você, 'cê não me pega!
  - b. EU, eu (foneticamente [o]) sinto demais isso, né?
  - c. Deix'o ver. (forma congelada)
  - d. O vô. (fala de criança)

A autora conclui que a mudança ocorrida no PB é paralela à ocorrida no francês, exceto pela mudança na forma do pronome forte: no PB permanece a forma nominativa. Outra distinção diz respeito à possibilidade de o PB permitir sujeitos nulos não-referenciais, opção inexistente no francês.

- (98)
- a. EU adoro isso. (PB séc. XIX)
  - a'. EU<sub>i</sub> [adoro<sub>i</sub>[+pron.] isso]
  - b. EU, ô adoro isso. (PB moderno)
  - b'. EU<sub>i</sub> [ô<sub>i</sub> [adoro<sub>i</sub>[-pron.] isso]

### 3.2.6 O estatuto sintagmático dos pronominais

Chomsky (1995) sugere a eliminação da categoria funcional Agr. Segundo ele, são categorias funcionais apenas aquelas que “apresentam traços interpretáveis, provendo ‘instruções’ em um ou em ambos os níveis de interface” (p. 349), como C, T e D. Agr possui apenas traços formais [-interpretáveis]. A

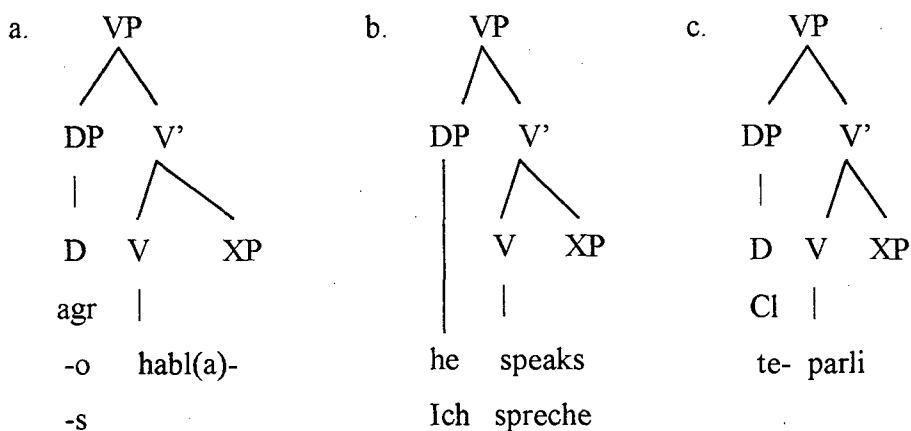
análise de Kato também elimina a projeção AgrP. Entretanto, Kato segue a análise de Speas (1994), segundo a qual os morfemas em NSLs têm conteúdo. Como os pronomes fracos livres e os sujeitos clíticos, eles entram na numeração como **itens independentes dos verbos**, os quais são flexionados apenas para Tempo em NSLs. Já em não-NSL, nas quais Agr é [-pron.], este é gerado junto com o verbo e a flexão de tempo na numeração. Assim, não há mais a projeção funcional AgrP, mas o elemento de concordância, quando [+pron.], é analisado como um pronominal “deficiente”.

Kato propõe também que o morfema de concordância é um item D<sup>12</sup>. Sua opção parte de estudos que consideram clíticos acusativos em línguas românicas categorias D por serem homófonos aos artigos definidos. Em Cardinaletti (1991), pronomes fortes também são analisados como itens D com um complemento nominal nulo com traço [+humano], complemento não projetado por pronomes fracos e clíticos. Até mesmo pronomes sujeito seriam “transitivos” em combinações como *nós estudantes de física* (cf. Cover & Delfito 1993, citados por Kato, para o alemão). Kato assume que pronomes se concatenam com um N apenas quando de fato N está presente ou quando é interpretado como elíptico: *“João comprou o carro azul e Pedro o c.v. branco”*.

Dessa forma, a Kato propõe que os afixos concordância de NSLs, como uma categoria D, são inseridos por Concatenar como argumentos (externos) de VP, constituindo um D realmente “defectivo”, por não projetar seu complemento do modo como, às vezes, clíticos e pronomes livres fracos podem. Esses afixos também possuem traços de Caso como os clíticos e os pronomes fracos.

Os exemplos a seguir mostram a representação de VP (distinção entre VP e vP é ignorada) com relação às três formas pronominais deficientes:

- (99) a. Spec de VP no espanhol (1<sup>a</sup> e 2<sup>a</sup> pessoas do singular)  
 b. Spec de VP em línguas com pronomes fracos livres  
 c. Spec de VP de línguas com sujeitos clíticos (trentino e fiorentino)



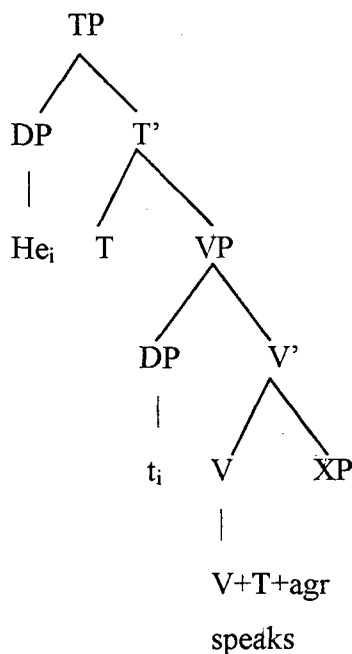
A seguir, há uma síntese da análise desenvolvida em Kato (p. 19-20). Note que a diferença entre NSLs e não-NSLs resume-se a ter ou não o especificador de TP projetado.

- *Línguas com pronomes fracos livres*

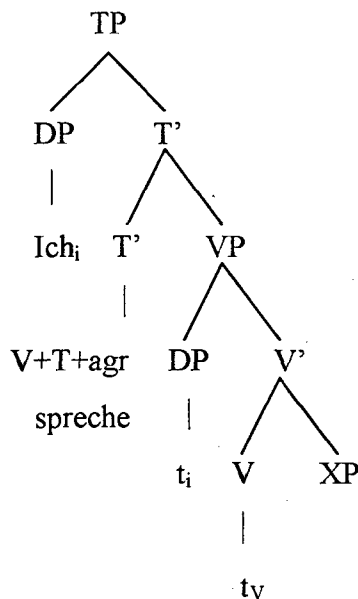
Se T possui traços-D fortes, ele atrai o pronominal fraco livre para o seu especificador numa operação de substituição: é o caso do alemão e do inglês. No alemão (mas não no inglês), como T possui traços-V fortes, o verbo ou o auxiliar são atraídos para ter seus traços checados. T tem seu Caso e outros traços- $\phi$  eliminados após a checagem. Contudo, os traços- $\phi$  do pronominal, embora checados, ainda permanecem visíveis ao sistema computacional por serem [+interpretáveis].

<sup>12</sup> Para uma análise alternativa, ver Galves (1998).

(100) a. Inglês



b. alemão



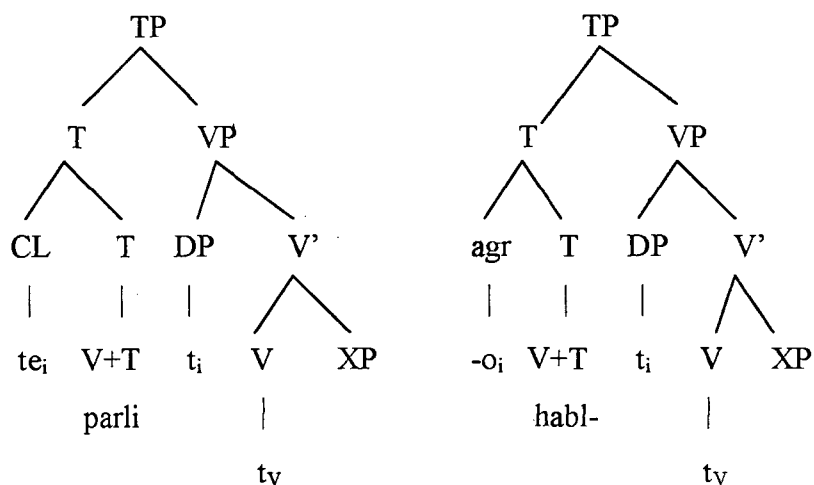
- *Línguas com sujeitos clíticos ou Agr [+pron.]*

Como acima, se T possui traços-V fortes, ele atrai V ou o auxiliar para ter seus traços checados. Se T possui traços-D fortes, ele atrai o sujeito clítico, como no fiorentino, ou o afixo de concordância, como no espanhol, que se movimentam como núcleos por serem simultaneamente projeções mínimas e máximas. Nesse caso, os pronominais adjungem-se a T. Spec TP, portanto, não é projetado, ou seja, *pro* não existe como uma categoria D. Assim, T tem seu Caso e outros traços- $\phi$  eliminados após a checagem e os traços- $\phi$  do afixo de concordância ou do sujeito clítico permanecem disponíveis para futuras computações por serem [+interpretáveis]. A diferença entre clíticos e afixos, segundo a autora, está apenas na direção em que aparecem em Spell-Out. Segundo Kato, as cadeias de Agr e do clítico, com suas cabeças em INFL e *tails* em spec de VP são interpretadas como sujeito da sentença em LF, Agr e

clíticos podendo ser reconstruídos em LF como o argumento externo do verbo<sup>13</sup>.

(101) a. fiorentino

b. espanhol



Segundo Kato (p. 24), a análise acima traz duas vantagens, ambas relacionadas com a eliminação de *pro*. A primeira delas resolve o problema de saber qual é a sua posição em NSLs. Segundo alguns autores seguindo o referencial teórico da teoria de regência e ligação, *pro* recebia Caso nominativo por regência ao passo que outros consideravam que a atribuição se dava por concordância. Na análise acima não há esse problema porque *pro* não existe. Já a segunda diz respeito ao problema da presença de *pro* na numeração. Em TRL, *pro* não apresentava traços- $\phi$  e precisava ser identificado. Segundo Kato, na teoria de checagem do Programa Minimalista, os traços- $\phi$  do verbo são [- interpretáveis] e precisam ser eliminados. Com sentenças em que o sujeito é expresso, há checagem numa relação spec-núcleo (traços- $\phi$  do sujeito pleno – traços- $\phi$  do verbo). Em sentenças com sujeito nulo, para garantir que os traços- $\phi$  do verbo

<sup>13</sup> Kato (nota 26) assinala que, em princípio, com construções inacusativas, os afixos pronominais podem ser gerados internos a VP.

sejam sempre aqueles a ser eliminados, há necessidade de propor que *pro* também possui traços- $\phi$ . Como consequência, haveria diferentes *pros*, pelo menos um para cada pessoa. Na análise acima, esse problema não existe pois são os morfemas de concordância e não *pro* que fazem parte da numeração.

### 3.2.7 Posição e caso dos pronomes fortes

Segundo Kuroda (1976), citado por Kato, DPs marcados com *-wa* em japonês são sujeitos de julgamento categórico e com *-ga*, de julgamento tético. Para esse autor, o pronome (forte) em construções de duplicação no francês também constitui um sujeito de julgamento categórico. Kato segue a análise de Martins (1996), segundo a qual DPs que são interpretados em LF como sujeitos de julgamento categórico estão posicionados em spec de  $\Sigma$ P, acima de TP.

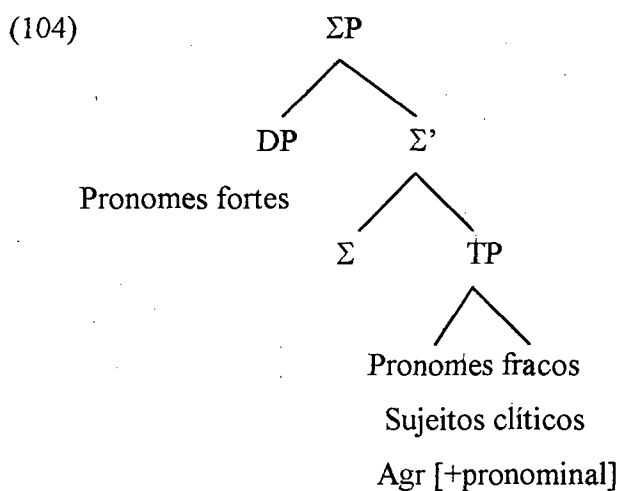
Kato cita Britto (1998), que distingue deslocamento em adjunção (leitura marcada) de deslocamento em spec de  $\Sigma$ P (leitura não-marcada). Como no japonês e francês, o pronome forte e qualquer tópico DP em PB estariam em spec de  $\Sigma$ , enquanto que o fraco estaria em spec de TP. Além disso, segundo Kato, no PE e em línguas românicas em geral a distinção dos julgamentos é codificada em termos de ordem: SV, para julgamento categórico, e VS, para julgamento tético:

- (102) a. [ $\Sigma$ P Eu<sub>i</sub> [ $\Sigma$ P *pro*<sub>i</sub> [vou para Londres (julgamento categórico)  
 b. [ $\Sigma$ P O João<sub>i</sub> [ $\Sigma$ P *pro*<sub>i</sub> vai para Londres (julgamento categórico)  
 c. [ $\Sigma$ P Vai a Londres o João (julgamento tético)

Como o PB não possui mais a ordem VS, Britto (*op. cit.*) sugere que há uma redistribuição: [ $\Sigma$ P DP [ $\Sigma$ P SV]], para julgamento categórico, e [ $\Sigma$ P SV], para julgamento tético:

- (103) a. [ $\Sigma_P$  Eu [ $TP$  eu [vou para Londres (julgamento categórico)  
 b. [ $\Sigma_P$  O João<sub>i</sub> [ $TP$  ele<sub>i</sub> vai para Londres (julgamento categórico)  
 c. [ $TP$  O João vai a Londres (julgamento tético)

Dessa forma, Kato (p. 22) conclui que a posição dos pronomes fortes é a mesma do tópico, ou seja, spec de  $\Sigma_P$ , enquanto que formas fracas estão internas a  $TP$ :



Além disso, Kato considera que DPs tópicos apresentam o mesmo Caso “default” que os pronomes fortes.

- (105) a. [ $\Sigma_P$  Bokui-wa [ $TP$  *pro* (I, boy)  
 b. [ $\Sigma_P$  MOI<sub>i</sub> [ $TP$  je<sub>i</sub>

O caso “default” aparece em  $\Sigma_P$ , uma vez que DPs tópicos e pronomes fortes estão numa relação spec-núcleo com  $\Sigma$ . O caso do tópico do DP *-wa* no japonês é checado também nessa posição, segundo a análise de Martins (1996) *apud* Kato.



Kato levanta dados empíricos para justificar por que pronomes fortes apresentam Caso “default”. Segundo ela, nos contextos sintáticos a seguir não há checagem de Caso nominativo em relação spec-núcleo:

- (106) a. ME, I love wine.  
 b. MOI, j’aime de vin.  
 c. YO amo vino.

- (107) a. It is ME.  
 b. C’est MOI.  
 c. Soy YO.

- (108) a. There is ME.  
 b. Il y a MOI.  
 c. Hay YO.

Os pronomes em (107) são predicados da sentença; em (108), complementos do verbo existencial. Se houvesse transmissão de Caso, se esperaria que os pronominais predicativos em inglês e francês fossem também nominativos. Kato então sugere que um pronome ou um DP deslocado apresentam um caso morfológico “default” se ele iniciar na derivação como um predicado equativo de uma *small clause* SC, como mostra (107’):

- (107’) a. is [<sub>sc</sub> [it] ME]  
 b. est [<sub>sc</sub> [ce] MOI]  
 c. soy [<sub>sc</sub> [morfema agr] YO]

De acordo com essa proposta, o DP deslocado é analisado como formando uma cadeia com o predicado equativo de uma SC, cujo sujeito é o pronome resumptivo, cf. (109):

- (109) a. John, he is my friend.  
 b. [DP He<sub>i</sub> [John<sub>i</sub>]] is my friend.  
 c. [XP John<sub>i</sub> [TP [DP he<sub>i</sub> [t<sub>i</sub>]] is my friend]]

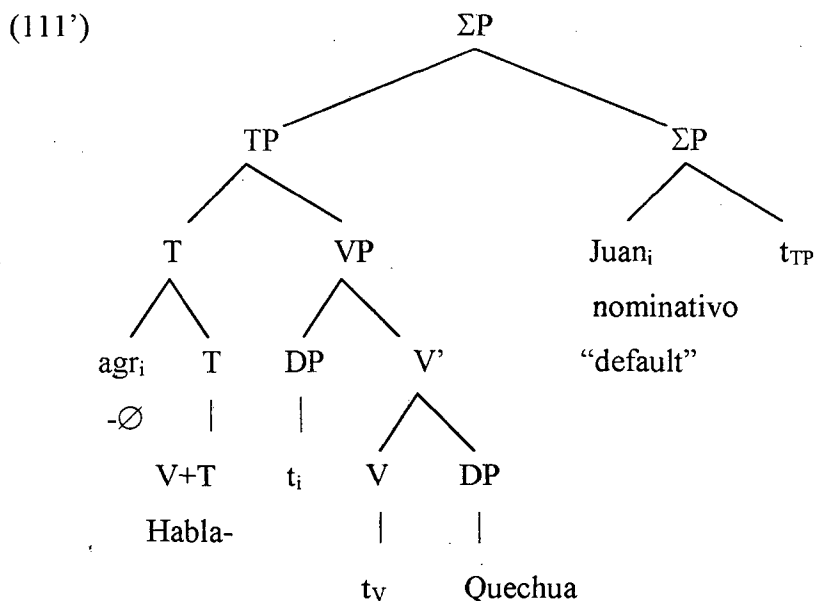
O Caso “default” seria o Caso do predicado DP em posição não-argumental. Por outro lado, o Caso estrutural, checado por T seria o do pronominal fraco. Porém, para explicar a atração dos nominais para  $\Sigma$ , Kato estipula a necessidade de checagem do traço [+específico], um traço que permitiria a leitura tópica de sintagmas deslocados.

Kato (p. 24-26) afirma que a análise acima leva a uma explicação sobre por que existe inversão livre em línguas de sujeito nulo. Segundo Kayne (1994) e Chomsky (1995), movimento é sempre para cima à esquerda, sendo que sujeitos não podem ser extrapostos. Em inglês, alemão e PB, línguas que projetam spec de T, apresentando pronomes nominativos fracos, não há inversão livre. Para mover um VP flexionado à esquerda e obter o padrão de inversão livre [[VX]S], essas línguas teriam que mover uma categoria X', uma operação ilegal.

- (110) a. [TP John [T' can [VP speak Quechua]]]  
 b. \*[T' [can speak Quechua]<sub>i</sub> [TP John [T' t<sub>i</sub>]]]

Já em línguas em NSLs, um TP com Agr [+pron.] poderia ser alçado. O DP com o caso nominativo “default” permaneceria *in situ*. Abaixo, há a representação de uma frase com inversão livre do sujeito como:

- (111) Habla- $\emptyset$  Quechua Juan.



Sujeitos pospostos teriam Caso nominativo “default”, como mostra (112):

(112) Lo comi YO.

O que desencadearia o movimento de TP, na análise de Kato, é o fato de ele ser prosodicamente motivado (movimento-P, cf. Zubizarreta 1998). Para essa autora, não-NSLs apresentam elementos marcados [-foco] invisíveis para a atribuição de acentuação nuclear, enquanto NSLs possuem todos os elementos visíveis à atribuição de acento, sendo que a única forma de essas línguas terem foco no sujeito é através movimento-P.

Resumindo a análise de Kato até aqui, teríamos:

- Agr pode aparecer afixado ao verbo + tempo ou como item independente na numeração, sendo [+pronominal], com traços- $\phi$  interpretáveis, como os nomes.
  - a) Inserido em spec de VP como seu argumento externo, Agr [+pron.] adjuge-se a T para checar Caso e traços- $\phi$ , e a cadeia formada é interpretada

como tendo todas as propriedades de um sujeito temático em LF. Assim spec de TP não é projetado, inexistindo *pro*.

b) Línguas que possuem Agr afixado a V+T apresentam na numeração pronomes fracos ou NPs em spec de VP. Esses nominais sobem para spec de T a fim de checar seus traços- $\phi$  e Caso.

- Pronomes fortes aparecem em spec de  $\Sigma$ P e em não-NSLs exibem um padrão de duplicação do sujeito. Em NSLs, o padrão é SVO. O caso do pronome forte ou do DP tópico é o caso “default” de predicados equativos. Em NSLs o caso “default” é o nominativo.

### 3.3 Análise dos dados

#### 3.3.1 3ª pessoa não marcada ou morfema zero $\emptyset$ e PRO

Kato (1999:26-7) considera que tanto o latim clássico e vulgar, quanto a maioria das línguas românicas modernas, além de apresentarem um paradigma verbal uniforme e distinto para todas as pessoas, possuem um elemento de concordância de 3ª pessoa não-marcado: o morfema zero  $\emptyset$ <sup>14</sup>.

(113)

Número	Pes	Latim Clássico	Latim Vulgar	Espanhol
Singular	1 <sup>a</sup>	am-o	am-o	am-o
Singular	2 <sup>a</sup>	ama-s	ama-s	ama-s
Singular	3 <sup>a</sup>	amat- $\emptyset$	ama(t)- $\emptyset$	ama- $\emptyset$
Plural	1 <sup>a</sup>	ama-mus	ama-mus	ama-mos
Plural	2 <sup>a</sup>	ama-tis	ama-(t)is	ama-is
Plural	3 <sup>a</sup>	ama-nt	ama-n(t)	ama-n

<sup>14</sup> [t], presente em três pessoas do latim clássico, desaparecendo na transição entre o latim vulgar e as línguas românicas (algumas destas, entretanto, ainda o retêm), é analisado por Kato (p. 26) como um morf fonema.

Segundo a autora, há vantagens nessa análise. Seguindo Cardinaletti & Starke (1994), para os quais deficiência morfofonológica e semântica estão conectadas, pode-se dizer que, sendo nulo, o morfema Agr de 3ª pessoa é semanticamente deficiente com relação aos demais afixos, não tendo traços de pessoa para checar. Como esse morfema também pode, contudo, ser interpretado como [+humano], além de exibir contraste de número,  $\emptyset$  pode aparecer como um item lexical independente na numeração, como mostram as sentenças cujos sujeitos são nulos impessoais:

- (114) a. Falam tagalog nas Filipinas.  
 b. Pode fumar aqui?

Assim, para Kato – ainda que o PB disponha de uma série de pronomes fracos e, portanto, Agr [-pron.], gerado junto ao verbo – em pelo menos algumas circunstâncias, Agr [+pron.] também existe nessa língua:  $\emptyset$  é gerado como um pronome fraco, um item independente na numeração.

### 3.3.1.1 Agr anafórico/controlado

Kato cita Huang (1989) e Borer (1989), cujos trabalhos apontam similaridades entre *pro* (Agr) controlado ou anafórico (ver capítulo 1) com PRO. Ambos afetam apenas sujeitos de sentenças encaixadas; além disso, Agr anafórico é um fenômeno de 3ª pessoa. Kato aproveita essa análise, propondo que as propriedades dos sujeitos nulos de 3ª pessoa no PB e hebreu derivam do fato de serem os *doublets* ou são *doubled* por um PRO, que pode ser colocado na mesma posição dos pronomes fortes. Como estes, PRO possui um complemento vazio com traço [+humano]. Os traços de número são traços do afixo pronominal.

Para a autora, da mesma forma que Comp pode ser [+qu] ou [-qu],  $\Sigma$  pode ser [+específico] ou [-específico]. No primeiro caso, o spec de  $\Sigma P$  é ocupado por

um tópico ou pronome forte, no segundo, seu spec possui a leitura [+anafórico/+controle].

Abaixo, a representação de uma sentença finita com um sujeito nulo de 3ª pessoa (115a) e de uma estrutura com duplicação do sujeito pleno (115b):

(115)a. [ $\Sigma$ P PRO<sub>i</sub> [ $\Sigma$  [-específico] [TP - $\emptyset$ <sub>i</sub>[+pronominal] ]]]

Caso “nulo”

b. [ $\Sigma$ P Pronome forte<sub>i</sub> [ $\Sigma$  [+específico] [TP Pronome fraco<sub>i</sub> V+T+Agr[-pronominal] ]]]

Caso “default”

No PB ocorreu uma mudança envolvendo a configuração em (115b), na qual os pronominais fortes tornaram-se fonte de um novo paradigma de pronomes fracos, os morfemas Agr perdendo seu estatuto argumental, isto é, tornando-se [-pron.]. Kato considera que, embora pronomes fracos possam aparecer em spec de TP como no inglês, Agr de 3ª pessoa retém seu estatuto argumental, podendo ser ligado a um elemento externo: PRO, em (115a).

### 3.3.1.2 Impessoais nulos

Em sua análise, Kato propõe que PRO é o elemento que promove a ligação em  $\Sigma$ P. A autora assume que PRO é deficiente em traços- $\phi$ , necessitando de controle externo. É o que ocorre com o sujeito de sentenças encaixadas no PB, cf. (116a-a’). Não havendo NP c-comandante, PRO será interpretado como arbitrário/genérico devido à não especificação de seus traços- $\phi$ , cf. (116b-b’). Além disso, PRO vincula o morfema zero de 3ª pessoa.<sup>15</sup>

<sup>15</sup> Kato estende sua análise para construções com sujeito nulo em línguas como o japonês (seç. 4.7) e para dados de aquisição (seç. 5). Para o japonês, a autora considera que há apenas uma pessoa gramatical não-marcada, o morfema zero, similar ao das línguas românicas mas que pode apresentar qualquer pessoa do discurso como antecedente e não apenas a 3ª pessoa, como no espanhol, ou a 2ª e 3ª pessoas, como no PB (neste último, entretanto, a 2ª pessoa não pode ser

- (116) a. A Maria disse que usa saia.  
 a'. A Maria<sub>i</sub> disse que [PRO<sub>i</sub> [usa-∅<sub>i</sub> saia]]  
 b. Aqui usa saia.  
 b'. PRO<sub>arb i</sub> [Aqui usa-∅<sub>i</sub> saia]

Os contextos acima, todos sentenças finitas, são os mesmos onde existe PRO em infinitivas: na posição sujeito de sentenças encaixadas, em que há controle, cf. (117a); e na posição sujeito de sentenças raízes, em que há PRO com interpretação arbitrária, cf. (117b)<sup>16</sup>.

- (117) a. Mary wants to smoke.  
 a'. Mary<sub>i</sub> wants [PRO<sub>i</sub> to smoke]  
 b. Smoking is dangerous for your health.  
 b'. PRO<sub>arb</sub> Smoking is dangerous for your health

### 3.3.2 *Analisando as características das C3PSSS*

Nesta subseção, apresenta-se uma análise das C3PSSS a partir das características introduzidas em 3.1 e dos fundamentos teóricos em Kato (1999) resenhados em 3.2 e de sua análise para essas construções em 3.3.1.

A seguir são retomadas as características principais das C3PSSS, cf. 3.1:

---

omitida pois o paradigma verbal perdeu sua funcionalidade como pronominal, sendo que a forma fraca livre, obrigatória, é que desempenha essa função). A respeito dos dados de aquisição, Kato (p. 33, minha tradução) escreve que “se uma criança usa a mesma 3ª pessoa do singular não-marcada para todos os referentes no discurso e não usa nenhum pronome fraco ou clítico, ela possui uma gramática ‘default’ com apenas uma 3ª pessoa zero, duplicada por um PRO [...]”.

<sup>16</sup> Os exemplos são do inglês porque nesses contextos em PB o infinitivo é pessoal, ou seja, há morfema de concordância ∅ para a 3ª pessoa ou *pro*<sub>arb</sub>, cf. a análise tradicional.

- **C1:** C3PSSS só são compatíveis com contextos aspecto-temporais genéricos e, portanto, apresentam restrição de escopo sobre o sujeito.
- **C2:** No estágio atual, C3PSSS são possíveis com (muitos) verbos transitivos, mas são marginais ou até mesmo agramaticais com os demais tipos de verbo.

### 3.3.2.1 *Estrutura temática do verbo*

Quanto à C2, não há muito o que acrescentar com relação ao que já foi discutido no item 3.1.3.2. Lá foi visto que, embora não exista restrição temática quanto a sujeitos com interpretação genérica, as C3PSSS só são compatíveis com um grande número de verbos transitivos, mas não com os demais verbos. Na análise de Kato acima, não há nada que previna a ocorrência da associação do morfema zero e de PRO com verbos que não sejam transitivos. Pode-se especular que possivelmente essas construções estejam em expansão, tal como aconteceu com *se* indeterminador a partir do século XVII, cf. Nunes (1990); ver (57) ou (81) acima. Dessa forma, as C3PSSS ocorreriam inicialmente com transitivos, como atestado, para só depois aparecerem com verbos intransitivos e inacusativos. A previsão é, portanto, que as C3PSSS serão possíveis no futuro com todos os tipos de verbos no PB.

### 3.3.2.2 *Aspecto verbal*

A primeira parte de C1, que se refere ao contexto aspectual não-específico do verbo nas C3PSSS, pode ser explicada devido às características de PRO<sub>arb</sub> em  $\Sigma P$ . Sendo um elemento arbitrário/genérico, PRO<sub>arb</sub> só parece ser compatível com construções cujo aspecto não seja específico, como ocorre com o infinitivo (118a) e com tempos verbais como o presente do indicativo (118b).



- (118) a. A Maria se pergunta como PRO<sub>arb</sub> enriquecer neste país.  
 b. PRO<sub>arb</sub> Aqui usa saia.

Pode-se propor que há alguma informação em T indicando o aspecto [-específico], compatível com a interpretação genérica de PRO<sub>arb</sub>. Uma informação oposta, [+específica] não seria aceita junto a PRO<sub>arb</sub>, o que resultaria na agramaticalidade de sentenças como (76), repetida abaixo como (119):

- (119) \*Ontem à tarde telefonou pra ti: foi a tua mãe.

### 3.3.2.3 Restrição de escopo sobre o sujeito

Já a segunda metade de C1, que trata da restrição de escopo sobre os sujeitos genéricos, pode ser explicada pelas características de PRO como um pronome forte, localizado numa projeção mais alta que TP:  $\Sigma P$ . Como visto na seção 3.2.4, Cardinaletti & Starke (1994) apresentam dois tipos de pronominais: fortes e “deficientes”, os primeiros com domínio em CP e os segundos com domínio em  $\Sigma P$  (formas fracas livres) ou IP (clíticos). Adaptando essa análise à de Kato, considerou-se que pronomes fortes estão em  $\Sigma P$ , uma projeção mais alta que a dos pronomes fracos livres e clíticos, estes em TP. Além disso, para Cardinaletti & Starke (seç. 2.5) a distinção crucial entre pronominais fortes e “deficientes” é a capacidade de apresentar sua própria restrição de escopo, presente nos primeiros, mas ausente nos segundos.

Outra característica de PRO é apresentada por Cyrino et al. (1999, seç. 4.3), as quais consideram que PRO, como os pronomes fortes, pode ser modificado, desde que o modificador apresente seu próprio acento. Sugerem, então, a representação (120b) para uma frase como (120a). O locativo *no Brasil* é o modificador de PRO.

- (120) a. No Brasil circula à direita.  
 b. [<sub>sc</sub> PRO no Brasil] circula à direita.

Dessa forma, os elementos que originam a restrição de escopo sobre os sujeitos genéricos, geralmente um adverbial (*aqui, nos dias de hoje*), cf. seção 3.1.3.3, são modificadores do pronominal forte PRO em  $\Sigma P$ .

### 3.3.3 Sobre a relação *se* [-arg]/indeterminador e Agr pessoal

Como visto no capítulo 2 (seç. 2.1.1, nota 3 e representações em (32)), Cinque (1988) considera que o conjunto de traços *si* [-arg] é compatível com os traços de Agr *pessoal* mas não com Agr pleonástico (sem traços- $\phi$ ). Nunes (1990) também associa *se* indeterminador com *pro* “referencial”, cf. seç. 2.2 acima.

Na seção 3.1.2, cf. gráfico III, foi mostrado que a redução de sujeitos nulos referenciais de 3<sup>a</sup> pessoa em contextos finitos está diretamente relacionada com o decréscimo de construções com *se* impessoal, também em sentenças finitas. Contudo, a análise de Kato (1999) não dá uma explicação por que *se* está desaparecendo dos contextos finitos. A representação para construções arbitrárias com *se* e sem *se* são as seguintes:

(121) PRO<sub>arb i</sub> Aqui se usa- $\emptyset_i$  saia

(122) PRO<sub>arb i</sub> Aqui usa- $\emptyset_i$  saia

Como visto em 3.3.1, para Kato, a 3<sup>a</sup> pessoa do singular, ou o morfema  $\emptyset$ , além de apresentar deficiência morfofonológica, é deficiente semanticamente com relação aos demais afixos. Assim, em ambos os casos, o morfema  $\emptyset$  não possui traços de pessoa para checar.

Distanciando-se dessa análise e se aproximando da de Rizzi (1986), cf. seção 1.3 acima, será proposto aqui que as 3<sup>as</sup> pessoas do singular em (121) e (122) são ambas argumentais (itens independentes na numeração), mas apresentam especificações diferentes com relação aos traços de pessoa e número. Relembrando Rizzi em (10), repetido aqui como (123):

- (123) a. Um NP é referencial apenas se possuir especificação de pessoa e número.  
 b. Um NP é argumental se possuir especificação de número.

e adaptando “NP” para “D”, pode-se propor que o morfema  $\emptyset$  é referencial (*pro* referencial em Nunes 1990) apenas se possuir especificação de pessoa e número. Nesse caso, o morfema Agr é “forte” (cf. Galves 1993; ver 1.6 acima) ou “pessoal” (cf. Cinque, ver acima). Por outro lado, se o morfema  $\emptyset$  apresentar apenas especificação de número, ele será quasi-argumental.

No PB, devido ao enfraquecimento da concordância com a eliminação da distinção entre 2<sup>a</sup> e 3<sup>a</sup> pessoa (cf. Galves 1993 e Duarte 1995), o traço [pessoa] não pôde ser mais recuperável e, nessa língua, só passaram a ser permitidos nulos quasi-argumentais e não-argumentais (expletivos)<sup>17</sup>. Entretanto, reinterpretando a análise de Kato, o PB apresenta uma estratégia para assegurar a recuperação do traço [pessoa], permitindo a existência de nulos referenciais, não pelo morfema  $\emptyset$ , mas pelos traços- $\phi$  de PRO em  $\Sigma P$ . Entretanto esses nulos referenciais apresentam características peculiares como aquelas de PRO em línguas como o inglês, cf. (116) vs. (117): só são possíveis com sujeito de encaixadas, sendo c-comandado/controlado por um DP c-comandante, ou podem aparecer em sentenças raízes com interpretação arbitrária/genérica – as C3PSSS.

<sup>17</sup> Quanto aos expletivos nulos, que não são argumentos, será que haveria a necessidade de postular uma *c.v.* em spec de TP para checar o traço-D forte e o traço de Caso nominativo de T, nesse caso havendo de fato um *pro<sub>expi</sub>*? Segundo Viotti (1999, cap. 5), a resposta é negativa, pois esses traços podem ser considerados *optativos* e, portanto, não fazem parte da numeração de sentenças que apresentam ordem VS.

O quadro abaixo sintetiza a distribuição do morfema  $\emptyset$  argumental e a correlação com as características e contexto do sujeito nulo: referencial (em qualquer contexto, apenas em sentenças encaixadas, em sentenças raízes) ou quasi-argumental.

(124)	morfema $\emptyset$	especificação	recuperação de [pessoa] por PRO em $\Sigma P$	sujeito nulo
	argumental	número e pessoa	-	Referencial <small>OK se indeterminador/[-arg]</small>
		número	traço recuperável por controle	Referencial (em encaixada) controlado por DP c-comandante
			traço não especificado (genérico)	Referencial genérico (contextos raízes) <small>* se indeterminador/[-arg]</small>
			-	Quasi-argumento

Pelo quadro acima, observa-se que *se* indeterminador/[-arg] só é possível se estiver associado a um morfema  $\emptyset$  que recupere traços de pessoa e número. Como no PB a recuperação de pessoa só ocorre com os traços- $\phi$  de PRO, mas não em  $\emptyset$ , *se* indeterminador/[-arg] não é mais possível, como atestam Duarte (1995) e Gonçalves (1998), segundo os quais não há mais construções arbitrárias com *se* em sentenças finitas, nos dados das faixas etárias mais jovens do PB carioca e florianopolitano, respectivamente.

### 3.3.4 Apêndice: Bloqueando “outputs indesejáveis” (cf. Nunes 1990)

Nunes (1990) considera que sua análise (e igualmente a de Cinque 1988) não consegue explicar por que uma sentença como (125) é agramatical:

(125) \*Ele se aluga casas.

Nessa sentença, o papel- $\phi$  interno e o Caso acusativo são atribuídos ao DP *casas* e o externo e Caso nominativo, ao DP *ele*. O clítico *se*, não argumental, não recebe nem papel- $\phi$  nem Caso. A frase, portanto, deveria ser gramatical.

Por outro lado, uma análise como a proposta por Kato (1999), reformulada acima, pode dar uma explicação para a agramaticalidade de (125). Com relação a essa sentença, há duas representações possíveis, como mostram (126) e (127):

(126)  $[\Sigma P \text{ PRO}_{arb} [\Sigma P \text{ ELE}_i [\text{TP } se_i \text{ aluga-}\emptyset_i [+pron.] \text{ casas}]]$

(127)  $[\Sigma P \text{ PRO}_{arb} [\text{TP } ele \text{ se aluga-}\emptyset [-pron.] \text{ casas}]]$

Em (126), *ele* é um pronome forte e o morfema  $\emptyset$  é [+pronominal]. Se esse morfema recupera apenas traço de número, a sentença é agramatical porque *se* precisa estar associado a um morfema de concordância com especificação de pessoa e número (cf. 3.3.3). Se ambos os traços são recuperados pelo morfema  $\emptyset$ , a sentença é agramatical porque há dois pronomes fortes acima de TP com traços contraditórios : um [+específico], o pronome *ELE*, e outro [-específico],  $\text{PRO}_{arb}$  (cf. 3.3.1.1). Pode-se considerar então que os sistemas de desempenho não teriam como interpretar uma sentença com elementos contraditórios em  $\Sigma P$ , daí a sua exclusão.

Já a representação em (127) mostra que o morfema  $\emptyset$  é [-pronominal], i.e., não-argumental, e a forma fraca seria o pronome *ele*. Nesse caso, a agramaticalidade de (125) seria derivada da impossibilidade de *se* indeterminador/[-arg] estar associado a um elemento de concordância sem recuperação de pessoa e número, cf. 3.3.3. Além disso, o morfema  $\emptyset$ , por não ser argumental, não pode ser ligado por PRO em  $\Sigma P$ , cf. 3.3.1.2.

## *Conclusão*

Neste trabalho, foram analisadas as construções impessoais/arbitrárias de 3ª pessoa do singular sem o clítico *se*, em sentenças declarativas finitas raízes, no PB. Com relação às hipóteses apresentadas na Introdução, verificaram-se algumas características dessas construções.

No capítulo 3, foi observado que as construções impessoais de 3ª pessoa do singular com *se* indeterminador/[-arg] deram origem às C3PSSS. Os argumentos levantados para defender essa hipótese foram os dados diacrônicos de Nunes (1990), cf. gráfico II na seção 3.1.1, segundo os quais construções sem *se* surgiram apenas quando as ocorrências de *se* indeterminador superaram a de *se* apassivador. Outro argumento diz respeito à interpretação genérica, mas não indefinida, de *se* indeterminador/[-arg], característica apresentada também pelas C3PSSS, como mostrado nos itens 3.1.3.1 e 3.3.2.2. Foi visto também que, no PB, a interpretação indefinida parece só ser possível com a 3ª pessoa do plural.

Embora tenham surgido das construções com *se*, as C3PSSS não as substituem integralmente. Como analisado no final da seção 3.1.3.3, com a ausência do clítico *se* indeterminador/[-arg], para que essas construções possam ser interpretáveis, torna-se essencial a presença de outros elementos associados à interpretação genérica, tais como a restrição de escopo sobre o sujeito (adverbiais como *aqui*, *nos dias de hoje*), o tempo verbal combinado com aspecto não-específico (geralmente com o tempo no presente do indicativo), e o objeto, quando presente, na maioria das vezes apresentando também interpretação genérica, na forma singular nu. /

Quanto à hipótese relacionada à explicação por que o desaparecimento de *se* impessoal está diretamente associado ao “enfraquecimento” da concordância no PB, como apontado pelo gráfico III na seção 3.1.2, foi proposto que o morfema de concordância precisa ter especificação de pessoa e número para que *se* seja legitimado (cf. 3.3.3). Como a concordância no PB recupera apenas número, segundo Rizzi (1986) e Galves (1993), *se* indeterminador está desaparecendo nos contextos finitos.

A dissertação também apresentou a análise de Kato (1999) para as construções de sujeito nulo, entre elas as C3PSSS. Seus pontos principais estão resumidos a seguir:

- Agr pode aparecer afixado ao verbo + tempo ou como item independente na numeração, sendo [+pronominal], com traços- $\phi$  interpretáveis, como os nomes.
  - a) Inserido em spec de VP como seu argumento externo, Agr [+pron.] adjunge-se a T para checar Caso e traços- $\phi$ , e a cadeia formada é interpretada como tendo todas as propriedades de um sujeito temático em LF. Assim spec de TP não é projetado, inexistindo *pro*.
  - b) Línguas que possuem Agr afixado a V+T apresentam na numeração pronomes fracos ou NPs em spec de VP. Esses nominais sobem para spec de T a fim de checar seus traços- $\phi$  e Caso.
- Pronomes fortes aparecem em spec de  $\Sigma$ P e em não-NSLs exibem um padrão de duplicação do sujeito. Segundo Kato, em NSLs, o padrão é SVO. O caso do pronome forte ou do DP tópico é o caso “default” de predicados equativos. Em NSLs o caso “default” é o nominativo.
- Todas as línguas possuem Agr. Chinês possui Agr de 3<sup>a</sup> pessoa do singular (não-marcado).
- A duplicação do sujeito também pode ser obtida através de PRO em vez do pronome forte, sendo que nesse caso o sujeito nulo pode ter as interpretações

de um sujeito de sentença infinitiva: anafórico/controlado ou genérico/arbitrário.

No PB atual, como mostrado por Kato (1999), associado ao enfraquecimento de Agr, que deixou de ser [+pron.], há duplicação de pronomes sujeito, com formas fortes e fracas exibindo formas quasi-homófonas, ver seção 3.2.5. Segundo essa autora, os pronominais fortes tornaram-se fonte de um novo paradigma de pronomes fracos e os morfemas de concordância perderam seu estatuto argumental, exceto para a 3ª pessoa, cf. 3.3.1.1.

Na análise das C3PSSS, mostrou-se que o morfema  $\emptyset$  é deficiente com relação aos traços de pessoa, precisando ser ligado por um PRO em  $\Sigma P$  para recuperar esse traço, permitindo sujeitos nulos referenciais. Como nas C3PSSS não há um DP c-comandante, os traços- $\phi$  de PRO não são especificados e sua interpretação passa ser genérica, o que explica a compatibilidade dessas construções apenas com sentenças que apresentam aspecto verbal não específico. A restrição de escopo sobre o sujeito genérico é devida à presença de PRO, um pronominal forte, que aparece modificado por um adverbial (*aqui, no dia de hoje* etc.) numa projeção acima daquela em que está o pronominal “deficiente”, o morfema  $\emptyset$ .

Foi visto também que as C3PSSS são compatíveis com muitos verbos transitivos, mas apresentam problemas de gramaticalidade com os demais tipos de verbo. Essa restrição é inesperada pela análise desenvolvida aqui, pois não deveria haver restrição temática com sujeitos genéricos. Propôs-se então que essas construções estejam em expansão, tal como aconteceu com *se* indeterminador como mostrado por Nunes (1990), ver seção 2.2. Desse modo, as C3PSSS seriam gramaticais inicialmente com transitivos, para só depois serem compatíveis com intransitivos e inacusativos.



## *Referências Bibliográficas*

- BRITTO, Helena. "Pronomes fracos nulos e lexicalizados: das línguas verdadeiramente *pro-drop* ao português do Brasil (PB)" In: *Cadernos de estudos lingüísticos*, n. 34. Campinas: Unicamp, jan./jun., 1998, pp. 77-91.
- CARDINALETTI, Anna & STARKE, Michal. *The typology of structural deficiency: a case study of three classes of pronouns*. ms., 1994.
- CHOMSKY, Noam. *Lectures on Government and Binding*. Dordrecht: Foris, 1981.
- CHOMSKY, Noam. *Some concepts and consequences of the Theory of Government and Binding*. Cambridge: The MIT Press, 1982.
- CHOMSKY, Noam. *Knowledge of language: its nature, origin and use*. New York: Praeger, 1986.
- CHOMSKY, Noam. *The Minimalist Program*. Cambridge: MIT Press, 1995.
- CINQUE, Guglielmo. "On *Si* constructions and the theory of *Arb*". *Linguistic Inquiry*, vol. 19, n. 4, Fall 1988, pp. 521-81.
- CYRINO, Sônia M. L.; DUARTE, M<sup>a</sup> Eugênia L.; KATO, Mary A. "Visible subjects and invisible clitics in Brazilian Portuguese". ms. 1999. A ser publicado em Kato, M. A. & Negrão, E. V. (ed.) *Brazilian Portuguese and the null subject parameter*.
- DUARTE, M<sup>a</sup> Eugênia L. "Do pronome nulo ao pronome pleno: a trajetória do Sujeito no Português do Brasil". In: I. Roberts & M.A. Kato (org) *Português*

- Brasileiro: uma viagem diacrônica*. Campinas: Ed. Unicamp, 1993, pp. 107-128.
- DUARTE, M<sup>a</sup> Eugênia L. *A perda do princípio "evite pronome" no Português Brasileiro*. Tese de doutorado. Campinas: Unicamp, 1995.
- FIGUEIREDO SILVA, M<sup>a</sup> Cristina *A posição sujeito em Português Brasileiro: nas frases finitas e infinitivas*. Campinas: Unicamp, 1996.
- GALVES, Charlotte "A sintaxe do português brasileiro". *Ensaaios Lingüísticos*. 13, 1987, pp. 31-50.
- GALVES, Charlotte "O enfraquecimento da concordância no português brasileiro". In: I. Roberts & M. A. Kato (org) *Português Brasileiro: uma viagem diacrônica*. Campinas: Ed. Unicamp, 1993, pp. 387-408.
- GALVES, Charlotte "Tópicos, sujeitos, pronomes e concordância no português brasileiro". In: *Cadernos de estudos lingüísticos*, n. 34. Campinas: Unicamp, jan./jun., 1998, pp. 19-31.
- GONÇALVES, Alberto *Preenchimento do sujeito pronominal de 3<sup>a</sup> pessoa no falar de Florianópolis*. ms. Florianópolis: UFSC, 1998.
- HUANG, C.-T. James "On the distribution and reference of empty categories". In *Linguistic Inquiry*, 15, 1984, pp. 531-74.
- JAEGGLI, Oswaldo & SAFIR, Ken. "The null subject parameter and parametric theory" In O. Jaeggli & K. Safir (ed) *The null subject parameter*. Dordrecht: Kluwer, 1989, pp. 1-44.
- KATO, Mary A. *Strong and weak pronominals in the null subject parameter*. In: *Probus* 11, 1999, pp. 1-37.

- MODESTO, Marcello *Null subjects without "rich" agreement*. ms., 1999. A ser publicado em Kato, M. A. & Negrão, E. V. (ed.) *Brazilian Portuguese and the null subject parameter*.
- NUNES, Jairo M. *O famigerado se: uma análise sincrônica e diacrônica das construções com se apassivador e indeterminador*. Dissertação de Mestrado. Campinas: Unicamp, 1990.
- RAPOSO, Eduardo & URIAGUERKA, Juan "Indefinite se". In: *Natural Language and Linguistic Theory*, 14, Amsterdam, Kluwer Academic Publishers, 1996.
- RIZZI, Luigi "Null objects in Italian and the theory of *pro*". In *Linguistic Inquiry*, 17, 1986, pp. 501-57.
- ROBERTS, Ian "O português brasileiro no contexto das línguas românicas". Trad.: Ruth Lopes. In: I. Roberts & M. A. Kato (org) *Português Brasileiro: uma viagem diacrônica*. Campinas: Ed. Unicamp, 1993a, pp. 409-425.
- ROBERTS, Ian *Verbs and diachronic syntax*. Dordrecht: Kluwer, 1993b.
- VALLE, Carla R. M. et al. *Tu e você: ocorrência e concordância no Brasil meridional*. Trabalho de conclusão da disciplina História da Língua. Florianópolis, UFSC, 1998.
- VIOTTI, Evani de C. *A sintaxe das sentenças existenciais do português do Brasil*. Tese de doutorado. São Paulo, USP, 1999.